

Banco Daycoval

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2025 1º SEMESTRE



daycoval.com.br

CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco Daycoval S.A., de 30 de junho de 2025, em cumprimento às disposições contidas no artigo 45 da Resolução BCB nº2/20, compostas por:

- Relatório do Auditor Independente;
- Relatório da Administração;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações do Resultado;
- Demonstrações do Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Demonstrações do Valor Adicionado; e
- Notas Explicativas.

Essas Demonstrações Contábeis encontram-se divulgadas no sítio eletrônico da instituição, onde estão disponíveis para o público, no endereço eletrônico www.daycoval.com.br/RI.

Declaração da Diretoria

A Diretoria do Banco Daycoval S.A. declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 13 de agosto de 2025

EDUARDO  Assinado de forma digital por EDUARDO MORMINO:11286985870
MORMINO:11286985870
Dados: 2025.08.13 17:32:45 -03'00'

Comitê de Auditoria

LUIZ ALEXANDRE  Assinado de forma digital por LUIZ ALEXANDRE CADORIN:17328207833
CADORIN:17328207833
Dados: 2025.08.13 17:59:29 -03'00'

Contador
CRC 1SP243564/O-2

SALIM  Assinado de forma digital por SALIM DAYAN:15417459810
DAYAN:15417459810
Dados: 2025.08.13 17:34:16 -03'00'

MORRIS  Assinado de forma digital por MORRIS DAYAN:19513152863
DAYAN:19513152863
Dados: 2025.08.13 17:31:35 -03'00'

Banco Daycoval S.A.

Banco Daycoval S.A.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Daycoval S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. ("Banco"), identificadas como Banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A., em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC aplicáveis à auditoria das demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 a) às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a qual descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional - CMN e na Resolução nº 352 do BCB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Por que é um PAA?

A partir de 1º de janeiro de 2025, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito passou a ser constituída levando em consideração os requerimentos da Resolução nº 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional - CMN, em substituição à Resolução nº 2.682 do BCB. Entre outros requerimentos, a referida norma requer que a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considere o modelo de perdas esperadas.

O Banco desenvolveu e implementou políticas para a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 3.d) iv. às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A constituição da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco; dessa forma, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e de especialistas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e metodologias utilizadas pelo Banco na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (ii) entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas, que consideram modelos, premissas e bases de dados adotados pela Administração; (iii) envolvimento de especialistas na revisão das metodologias utilizadas pelo Banco na determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iv) revisão, com base em amostragem, da aplicação dos critérios de provisão para perdas esperadas de certas operações; (v) análise do nível de provisionamento das carteiras; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Conclusão da avaliação

Consideramos que os critérios adotados pela Administração do Banco para mensurar as perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Daycoval S.A. (“Daycoval” ou “Banco”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados do Daycoval para o respectivo período.

O primeiro semestre de 2025 mostrou sinais de desaceleração da economia brasileira. Após o bom crescimento do início do ano, os dados econômicos já divulgados dos meses de abril a junho, mostram que a atividade econômica tem perdido força com a passagem dos efeitos do bom desempenho do agronegócio e na esteira do aperto de política monetária realizado nos últimos trimestres.

Soma-se a este fato o ambiente internacional mais incerto, em especial nos Estados Unidos, que levou o dólar a perder força globalmente. Desta forma, a atividade econômica já em desaceleração e a menor pressão inflacionária importada via taxa de câmbio levaram o Banco Central a encerrar o ciclo de aperto monetário. Entretanto, os efeitos sobre a economia, em especial no mercado de crédito, continuarão a se materializar.

Diante de um ambiente cada vez mais desafiador, solidez e resiliência tornam-se ainda mais essenciais. O Daycoval manteve sua disciplina financeira, com alavancagem adequada, inadimplência sob controle e gestão eficiente. Os resultados do primeiro semestre de 2025 refletem equilíbrio financeiro, resiliência operacional e capital fortalecido.

No primeiro semestre de 2025 o Banco registrou Lucro Líquido Contábil de R\$ 867,7 milhões, crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período de 2024, com um ROAE de 23,4%. A expansão do segmento de empresas foi o principal impulsionador desse resultado, com destaque para os produtos de compra de recebíveis seguidos do crescimento orgânico das outras linhas de produtos PJ.

No segmento de varejo a carteira de crédito consignado atingiu R\$ 16,5 bilhões no período, alta de 5,7% frente ao primeiro semestre de 2024. A originação média mensal manteve trajetória de retração, totalizando aproximadamente R\$ 786 milhões no primeiro semestre de 2025, ante R\$ 1.200 milhões no primeiro semestre de 2024. A produção de crédito consignado do INSS foi impactada pela menor atratividade do produto e por ajustes operacionais no segmento decorrentes da implementação de novos critérios regulatórios.

A carteira de financiamento de veículos somou R\$ 3,1 bilhões no primeiro semestre de 2025, crescimento de 34,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado por um cenário macroeconômico ainda favorável, aliado à maior integração com os correspondentes da rede Daycoval. A originação média mensal atingiu R\$ 171 milhões, alta expressiva de 62,1%.

No primeiro semestre de 2025, a inadimplência acima de 90 dias atingiu 2,8%, alta de 0,9 p.p. em relação ao primeiro semestre de 2024. Esse avanço não necessariamente reflete deterioração na qualidade da carteira, mas está associado à metodologia de cálculo definida pela Resolução BCB nº 352/2023, que mantém por mais tempo no ativo os créditos vencidos há mais de 360 dias, ampliando o impacto dessa faixa de atraso no indicador.

O saldo de provisão para perdas de crédito aumentou 41,5% frente ao primeiro semestre de 2024, passando de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 2,4 bilhões. A variação decorre, em parte, da readequação dos níveis de provisão da carteira de empresas, que no trimestre anterior havia registrado reversão em função das novas normas contábeis. Além disso, reflete a postura conservadora adotada frente a um cenário macroeconômico mais desafiador.

A margem financeira se mantém estável em 8,7% no primeiro semestre de 2025 quando comparada com o primeiro semestre de 2024. A estabilidade está relacionada pelo maior peso, no mix de receitas, de produtos com *spreads* menores, como compra de recebíveis e avais e fianças. Tal dinâmica está alinhada à estratégia de priorizar transações de menor risco, visando fortalecer a carteira e preservar a qualidade dos ativos, ainda que com impacto pontual e marginal na rentabilidade.

Em junho de 2025 o saldo total de captação atingiu R\$ 62,4 bilhões, crescimento de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo a solidez da estratégia de *funding* do Banco. Esse avanço foi impulsionado pela captação de US\$ 460 milhões junto ao IFC, membro do Grupo Banco Mundial, no segundo semestre de 2024 e pela emissão de Letra Financeira no valor de R\$ 2,0 bilhões no primeiro semestre de 2025.

Em linha com a estratégia de diversificação de receitas, já em curso há alguns semestres, destacam-se os serviços de *Escrow Account* e Banco Liquidante, que encerraram o primeiro semestre de 2025 com R\$ 7,0 bilhões em volume transacionado, o dobro do registrado no mesmo período do ano anterior. Essas operações têm ganhado espaço no mercado de capitais, em sinergia com o crescimento das áreas de investimento do Daycoval nos últimos anos.

No universo de investimentos e mercado de capitais a área de Administração e Custódia de Fundos ampliou seu escopo e passou a operar como Daycoval Serviços Fiduciários, alcançando em junho de 2025 R\$ 163,7 bilhões em ativos sob serviço — alta de 39,6% em relação ao primeiro semestre de 2024, atendendo 214 gestoras.

Ainda no segmento de investimentos, a Daycoval Asset Management encerrou o período com R\$ 23,0 bilhões em ativos sob gestão, distribuídos entre 107 fundos. Por sua vez, a área de Debt Capital Markets (DCM) fortalece ainda mais sua atuação, ampliando sua participação em operações e alcançando R\$ 12,0 bilhões em emissões no primeiro semestre de 2025.

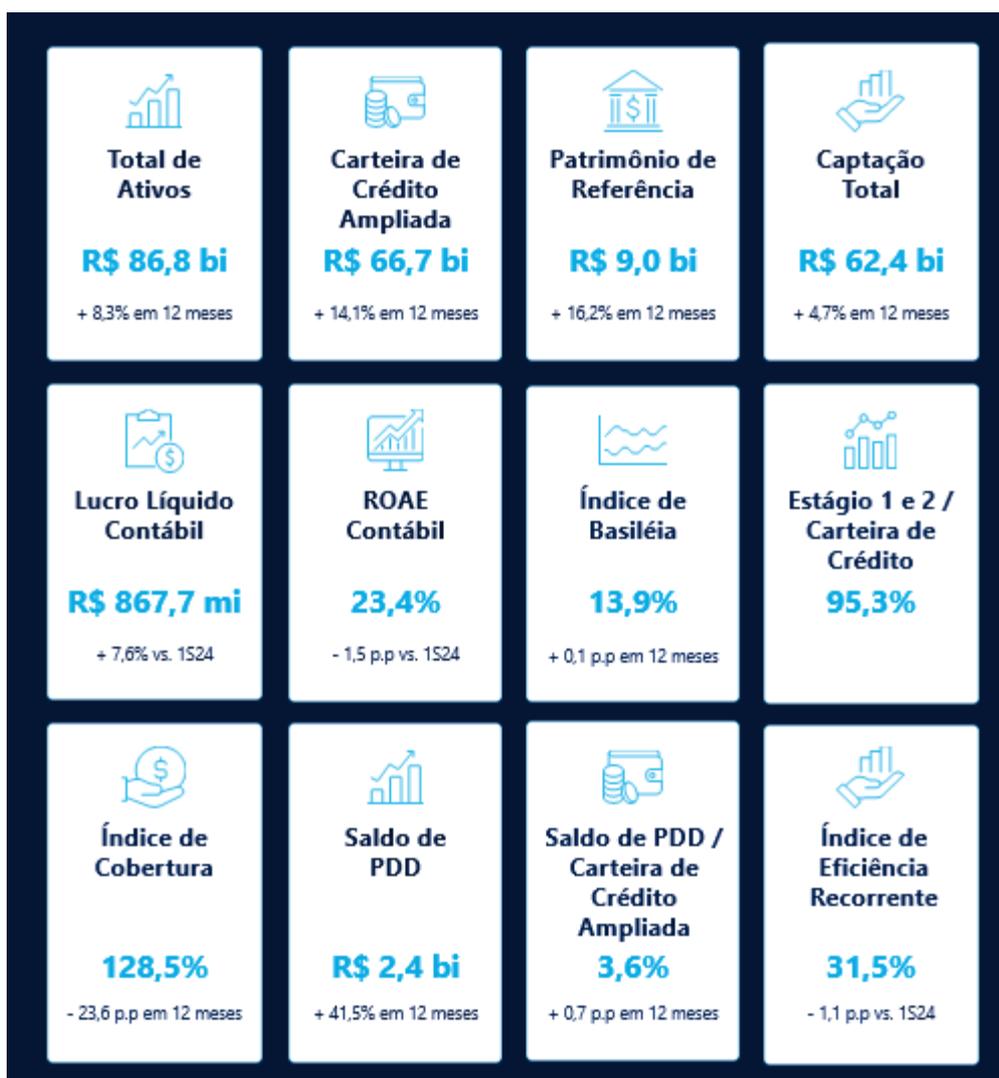
O avanço dessas frentes impulsionou de forma significativa as receitas de prestação de serviços, que atingiram R\$ 318,6 milhões no primeiro semestre de 2025 — alta de 28,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho evidencia a capacidade do Banco de ampliar sua presença nos segmentos de pessoas jurídicas e mercado financeiro, aliando eficiência, solidez e geração consistente de valor para clientes e parceiros.

Sobre o Banco Daycoval

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

Em 30 de junho de 2025, o Daycoval, que tem sede em São Paulo - SP, cujo Conglomerado Financeiro conta com uma equipe de 4.008 profissionais, atingiu R\$ 66.654,2 milhões de Carteira de Crédito Ampliada, R\$ 86.771,4 milhões de ativos totais, R\$ 7.666,9 milhões de Patrimônio Líquido e R\$ 867,7 milhões de Lucro Líquido. Tais resultados refletem o fruto de estratégia conservadora, obtendo destaque por baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho, que se traduzem pelo Índice de Basileia III de 13,9%.

Principais Indicadores



Rating

A classificação obtida pelo Daycoval nos *ratings* comprova a solidez e o baixo nível de risco conquistado em suas operações. As informações apuradas pelas agências são amplamente reconhecidas pelo mercado financeiro, embora não devam ser interpretadas como uma recomendação de investimento.

De acordo com os relatórios divulgados, os *ratings* refletem a avaliação das agências sobre o Daycoval:

- i) Ba1 em escala global pela Moody's com perspectiva "estável";
- ii) BB pela Fitch Ratings com perspectiva "estável";
- iii) BB- pela Standard&Poor's com perspectiva "estável" e;
- iv) pela RISKbank – BRLP3 – Baixo Risco para Longo Prazo (até 5 anos).

Essas avaliações reforçam o compromisso com a transparência e a excelência nas operações financeiras.

Governança Corporativa

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada aos princípios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e às melhores práticas de mercado. Busca constantemente aprimorar o modelo de gestão, orientado pelas diretrizes de sustentabilidade e pelos princípios fundamentais de ética, transparência, respeito, responsabilidade na condução dos negócios e equidade no relacionamento com todos os públicos envolvidos. A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria, Comitês, Políticas e Processos, garantindo uma base sólida para condução dos negócios. Isso reforça a confiança e a satisfação dos *Stakeholders* e o compromisso em atuar de forma responsável e sustentável no mercado financeiro.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução CMN nº 3.198/2004, atual Resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, da atuação e qualidade da auditoria interna e da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.

Gestão Integrada de Riscos e de Capital

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor à instituição, aos acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. O Banco realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhado às melhores práticas de mercado, garantindo o cumprimento das determinações legais, regulamentares e de suas políticas internas. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, reputacional, tecnologia da informação, socioambiental e gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações.

O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para evitar ou minimizar ao máximo a exposição aos riscos. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos seus objetivos estratégicos, por meio de sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS) e com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como, disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta, ainda, com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas de forma a garantir a adequada gestão de riscos e governança eficiente, bem como assessorar o Conselho de Administração a desempenhar suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de risco e de capital.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Socioambiental e Climático, Risco de Mercado e de Liquidez, Risco de Crédito, Reputacional e Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos comitês.

Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico: <https://ri.daycoval.com.br/>.

Pessoas

Em nossa trajetória, temos a certeza de que um dos fatores essenciais do Conglomerado Financeiro Daycoval é, sem dúvida, o nosso capital humano. Com uma equipe talentosa e engajada de 4.008 profissionais em 30 de junho de 2025, estamos crescendo e proporcionando mais oportunidades e desafios para todos.

Na perspectiva de gestão de pessoas, temos alguns programas que são protagonistas. Destacamos iniciativas como o Programa Daycoeduca, que oferece bolsas de estudo para graduação, pós-graduação ou MBA.

No primeiro semestre de 2025 demos continuidade ao programa Momentos Carreira para dar clareza e inspiração a todos que querem crescer e se desenvolver. Com o programa de palestras educativas, abordamos temas como *lifelong learning*, educação financeira e gestão do tempo.

Nossas ações de treinamento contam, ainda, com a Academia Daycoval, uma plataforma de *e-learning*, que oferece diversos cursos e vídeos para apoiar nossos colaboradores em diferentes aspectos.

Valorizamos a diversidade e a inclusão, buscando criar um ambiente seguro e inclusivo para nossos colaboradores, incluindo grupos de afinidade focados em pessoas com deficiência e projetos sociais de inclusão, como o Dando Asas. Além disso, promovemos o bem-estar com campanhas de vacinação, aulas de música e treinamento de corrida, demonstrando o cuidado e compromisso com a qualidade de vida de nossa equipe e seus familiares. Nesse aspecto, podemos destacar que 52% do quadro do Grupo é feminino, que 19% do Grupo é composto pelos 50+; números esses que nos orgulhamos. Outra perspectiva interessante é quando olhamos para a distribuição das diferentes gerações: 25% de geração X, 53% de Y, 19% de Z e aproximadamente 3% de *Baby-Boomers*.

Sustentabilidade

Em linha com a missão de nos consolidarmos como um Banco referência na oferta de soluções alinhadas às necessidades de nossos clientes, reforçamos nossa estratégia de diversificação e ampliação dos produtos e serviços oferecidos, sempre atentos às mudanças do mercado. A tecnologia é um pilar essencial em nossa estratégia de negócios, e temos aprimorado nossos sistemas com foco na segurança da informação, especialmente no contexto da concessão de crédito.

No âmbito ESG, nossa gestão de sustentabilidade está alinhada aos princípios e diretrizes de natureza econômica, social, ambiental, climática, e aos aspectos de governança a serem observados pela instituição em seus negócios, atividades, processos e relação com as partes interessadas.

Pensando em ganhos de eficiência e agilidade no negócio, iniciamos um projeto para levar Inteligência Artificial para uso das áreas, fornecendo treinamento, ferramentas e assistência no desenvolvimento de projetos.

Além da parceria firmada com a Proparco, braço de financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, para financiar projetos sustentáveis de pequenas e médias empresas, as chamadas PMEs, o Banco mantém uma parceria com o IFC (*International Finance Corporation*)

em duas frentes. A primeira é uma linha de crédito voltada a pequenas e médias empresas (PMEs) lideradas por mulheres em regiões de baixo IDH. A segunda, um financiamento sindicalizado de US\$ 460 milhões com o objetivo de estimular o crédito a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), com foco no empreendedorismo feminino e na região da Amazônia Legal.

Responsabilidade Social

O Daycoval tem uma trajetória de 57 anos marcada por uma sólida tradição de apoiar projetos e ações de responsabilidade social. Nos últimos anos, o Banco estruturou uma área específica para gerenciar doações e patrocínios, buscando atender de forma mais eficaz os projetos que necessitam de atenção especial. Este apoio é realizado através de duas formas principais: doações diretas e incentivos fiscais por meio das Leis de Incentivo e está organizado em quatro pilares fundamentais: cultura, educação, esporte e saúde.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2025, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Banco e suas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente. A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Contábeis pelos auditores independentes no semestre findo em 30 de junho de 2025 não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Daycoval e suas controladas, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Agradecimentos

A Administração do Banco Daycoval S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 13 de agosto de 2025.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho do Banco Daycoval, acesse o endereço <https://ri.daycoval.com.br/>.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Banco Daycoval S.A. (“Banco”) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração, visando a adoção das Melhores Práticas de Mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, atual Resolução nº 4.910, de 27 de maio de 2021, sendo composto por três membros, nos termos da legislação em vigor. A constituição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009, tendo dentre suas atribuições, assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações contábeis, acompanhar o cumprimento das exigências legais e regulamentares e monitorar e avaliar a independência do auditor independente. A atual composição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024. No âmbito de suas atividades, o Comitê: (i) se reuniu com os Auditores Independentes responsáveis pelo exame destas demonstrações contábeis e pela emissão de relatório sobre sua adequação em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Plano Contábil das Instituições Financeiras, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O Comitê também avaliou aspectos relacionados à contratação dos auditores, suas certificações e qualificações; (ii) acompanhou o planejamento e o cronograma dos trabalhos dos Auditores Internos e revisou os apontamentos e as conclusões dos trabalhos realizados no período, sempre avaliando o grau de risco dos apontamentos, bem como o *follow-up* destes apontamentos; (iii) avaliou os trabalhos desenvolvidos pela área de Gestão de Riscos, Controles e Compliance para o aprimoramento dos principais processos e sistemas, bem como os relatórios existentes para a gestão dos riscos e apoio à governança; (iv) avaliou o processo de emissão e apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a sua qualidade, transparência e integridade; (v) avaliou a eficácia dos controles internos do Banco e o sistema de gestão de risco, bem como dos relatórios emitidos; (vi) abordou com a Administração do Banco temas relacionados às atividades, à gestão interna, ao aprimoramento do gerenciamento de riscos e de governança e eventuais apontamentos levantados pelos órgãos reguladores; (vii) revisou as atas do Comitê de Riscos; e (viii) se reuniu para revisar o plano de trabalho anual e elaborar as atas das reuniões. Como resultado das atividades realizadas, foi elaborado o Relatório Detalhado do Comitê de Auditoria que contém o resultado dos trabalhos e os apontamentos que o Comitê julgou apropriado submeter à Administração.

Com base no relatório apresentado pelos Auditores Independentes, no acompanhamento da execução dos trabalhos da Auditoria Interna, nas atividades executadas pelas áreas responsáveis pela gestão de Riscos, Controles e Compliance e pelas informações recebidas da Administração do Banco e, consideradas as limitações naturais decorrentes do escopo de atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 13 de agosto de 2025.

O Comitê de Auditoria

Eduardo Mormino – Coordenador do Comitê de Auditoria

Rony Dayan - Membro do Comitê de Auditoria

Reinaldo Cesar Filipovitch Lopes Molina - Membro do Comitê de Auditoria

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Referência nota explicativa	30/06/2025	
		Banco	Consolidado
Disponibilidades	4	1.043.757	1.047.002
Reservas no Banco Central do Brasil	5	1.807.578	1.807.578
Relações interfinanceiras		778.483	778.483
Instrumentos financeiros		77.249.706	79.764.674
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	7.410.968	5.066.500
Títulos e valores mobiliários	7	16.233.523	17.358.942
Derivativos	8.a	265.882	258.849
Carteira de crédito	9		
Operações de crédito		34.683.993	35.045.568
Arrendamento mercantil financeiro		-	3.369.125
Arrendamento mercantil operacional		-	104.664
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional		-	(103.727)
Outros créditos com características de concessão de crédito		18.655.340	18.664.753
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9.h	(2.342.549)	(2.410.032)
Ativos fiscais correntes e diferidos	19.b	2.102.895	2.342.625
Devedores por depósitos em garantias de contingências	18.c	1.073.237	1.254.395
Fiscais		979.875	983.977
Cíveis		74.342	246.292
Trabalhistas		19.020	24.038
Outros		-	88
Outros créditos		607.337	1.494.416
Rendas a receber		99.316	102.409
Negociação e intermediação de valores		3.811	98.219
Prêmios a receber	10.a	-	331.837
Diversos	11	504.210	961.951
Outros valores e bens		195.790	341.949
Ativos não financeiros mantidos para venda	12.a	105.979	106.423
(Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda)		(12.821)	(12.821)
Despesas pagas antecipadamente	12.b	102.632	248.347
Investimentos		2.746.930	8.014
Participações em controladas e coligadas	14	2.746.294	7.133
Outros investimentos		636	881
Imobilizado de uso	15.a	205.144	215.215
Imobilizado de arrendamento mercantil operacional	15.b	-	89.918
Intangível		544	37.131
TOTAL DO ATIVO		85.468.852	86.771.368

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO
LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Referência nota explicativa	30/06/2025	
		Banco	Consolidado
Instrumentos financeiros		73.910.113	73.105.441
Depósitos	16.b	22.310.281	22.139.165
Operações compromissadas	16.a	8.459.846	8.459.846
Emissões de títulos	16.b	30.786.090	30.200.535
No Brasil		28.866.619	28.281.064
No Exterior		1.919.471	1.919.471
Obrigações por empréstimos	16.b	8.077.925	8.077.925
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	16.b	603.203	603.203
Dívidas subordinadas	16.b	1.355.890	1.355.890
Derivativos	8.a	2.316.019	2.263.529
Passivo de Arrendamento		859	5.348
Relações interfinanceiras e interdependências		166.440	166.440
Provisões para riscos	18	1.609.759	1.627.389
Fiscais		1.314.281	1.320.368
Cíveis		240.150	241.304
Trabalhistas		55.328	65.717
Provisões técnicas de seguros e resseguros	20	-	795.385
Provisões e outras obrigações com Instrumentos financeiros	9.h	11.016	11.466
Obrigações fiscais correntes e diferidas	19.b	870.127	1.505.418
Outras obrigações		1.234.492	1.881.866
Sociais e estatutárias	17.a	256.224	257.175
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		28.203	30.825
Negociação e intermediação de valores		12.680	107.088
Débitos de operações com seguros e resseguros		-	481.392
Diversas	17.b	937.385	1.005.386
Patrimônio líquido	21	7.666.905	7.677.963
Patrimônio líquido de acionistas controladores		7.666.905	7.666.905
Capital social		3.557.260	3.557.260
Reservas de capital		2.125	2.125
Reservas de lucros		3.557.423	3.557.423
Lucros acumulados		550.097	550.097
Participação minoritária em controlada		-	11.058
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		85.468.852	86.771.368

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	30/06/2025	
		Banco	Consolidado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.499.867	5.794.924
Carteira de crédito	22.a	4.478.087	4.852.072
Resultado com Títulos e valores mobiliários	22.b	1.127.791	1.203.026
Resultado com Aplicações interfinanceiras de liquidez	22.c	7.720	(146.444)
Resultado com Câmbio	22.d	(113.731)	(113.730)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(3.023.220)	(2.988.393)
Depósitos interfinanceiros e a prazo	22.e	(1.227.258)	(1.217.468)
Emissões de títulos no Brasil	22.e	(1.880.543)	(1.843.512)
Emissões de títulos no exterior	22.e	343.467	343.467
Obrigações por empréstimos e repasses	22.f	630.189	630.189
Instrumentos financeiros derivativos	22.b	(889.075)	(901.069)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.476.647	2.806.531
PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	9.h	(506.791)	(499.945)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.969.856	2.306.586
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		(673.822)	(920.549)
Receitas de prestação de serviços	22.g	299.131	318.632
Resultado de operações com seguros		-	18.812
Despesas de pessoal	22.h	(431.142)	(528.219)
Outras despesas administrativas	22.i	(461.893)	(472.253)
Despesas tributárias	19.a.ii	(185.100)	(225.968)
Resultado de participação em controladas e coligadas	14	142.926	-
Outras receitas e despesas operacionais	22.j	44.633	36.785
Despesas de depreciação e amortização		(13.936)	(17.736)
Despesas com provisões para riscos			
Fiscais		(41.847)	(25.986)
Cíveis		(20.821)	(20.819)
Trabalhistas		(5.773)	(3.797)
RESULTADO OPERACIONAL		1.296.034	1.386.037
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(17.483)	8.574
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.278.551	1.394.611
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.a.i	(280.466)	(395.544)
Provisão para imposto de renda		(266.166)	(287.157)
Provisão para contribuição social		(224.112)	(234.931)
Ativo (passivo) fiscal diferido		209.812	126.544
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(130.364)	(131.315)
Participações minoritária em controlada		-	(31)
LUCRO LÍQUIDO		867.721	867.721
Atribuídos aos acionistas controladores		867.721	867.721
Atribuídos aos acionistas minoritários		-	31

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)**

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO	867.721	867.721
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	867.721	867.721
Controlador	867.721	867.690
Acionistas minoritários	-	31

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)**

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação minoritária em controlada	Patrimônio líquido Consolidado
				Legal	Estatutárias					
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		3.557.260	2.125	324.547	3.189.490	-	-	7.073.422	25.290	7.098.712
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21						17.304		17.304	-	17.304
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2025		3.557.260	2.125	324.547	3.189.490	17.304	-	7.090.726	25.290	7.116.016
Lucro líquido		-	-	-	-	867.721	-	867.721	-	867.721
Destinações:										
Reserva legal		-	-	43.386	-	(43.386)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	21.c.ii	-	-	-	-	(291.542)	-	(291.542)	-	(291.542)
Variação na participação minoritária em controlada		-	-	-	-	-	-	-	(14.232)	(14.232)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2025		3.557.260	2.125	367.933	3.189.490	550.097	-	7.666.905	11.058	7.677.963

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)**

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	867.721	867.721
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciações e amortizações	13.936	17.736
Impostos diferidos	(209.812)	(126.544)
Impostos correntes	490.278	522.088
Provisão para riscos	68.441	50.602
Provisão para avais e fianças concedidos	3.218	3.218
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	506.791	499.945
Provisão para perdas em outros valores e bens	3.747	3.747
Resultado não operacional	17.483	(8.574)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	99.782	99.782
Resultado de participações em controladas e coligadas	(142.926)	-
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	850.938	1.062.000
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.718.659	1.929.721
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	15.146.605	14.793.146
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.933.174)	(2.797.330)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7.073.629	6.776.160
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e Reservas no Banco Central	(59.362)	(59.362)
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(832.344)	(880.704)
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	-	(322.976)
(Aumento) Redução em outros créditos	2.945.763	2.060.145
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(31.965)	(175.729)
Aumento (Redução) em depósitos	(5.453.385)	(5.437.037)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras e interdependências	(247.077)	(247.077)
Aumento (Redução) em operações compromissadas	(58.153)	(58.153)
Aumento (Redução) em emissões de títulos	7.803.210	7.766.178
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	13.165.942	13.170.431
Aumento (Redução) em outras obrigações	(5.793.807)	(4.540.649)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(432.672)	(460.751)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO EM) DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.865.264	16.722.867
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado de uso	(7.104)	(10.036)
Aquisição de controlada - líquido do caixa e equivalente de caixa	-	(91.065)
Aumento de capital em entidade controlada	(250.000)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(257.104)	(101.101)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(2.514.031)	(2.514.031)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(12.278.424)	(12.278.424)
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	(2.383.215)	(2.383.215)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(250.605)	(250.605)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(17.426.275)	(17.426.275)
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(99.782)	(99.782)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(917.897)	(904.291)
Caixa e equivalente de caixa inicial	2.350.929	2.352.916
Caixa e equivalente de caixa final	1.433.032	1.448.625
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(917.897)	(904.291)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)**

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
RECEITAS	5.251.680	5.627.939
Receitas da intermediação financeira	5.499.867	5.794.924
Receitas de prestação de serviços	299.131	318.632
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(506.791)	(499.945)
Outras	(40.527)	14.328
DESPESAS	(3.023.220)	(2.988.393)
Despesas da intermediação financeira	(3.023.220)	(2.988.393)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(448.378)	(457.121)
Materiais, energia e outros insumos	(107.322)	(119.769)
Serviços de terceiros	(341.056)	(337.352)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.780.082	2.182.425
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(13.936)	(17.736)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELO BANCO / CONSOLIDADO	1.766.146	2.164.689
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	142.926	-
Resultado de equivalência patrimonial	142.926	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.909.072	2.164.689
DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO	1.909.072	2.164.689
PESSOAL	495.295	580.311
Remuneração direta	409.014	472.188
Benefícios	71.543	88.768
FGTS	14.738	19.355
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	531.776	700.923
Federais	503.142	653.461
Estaduais	3.551	3.669
Municipais	25.083	43.793
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	14.280	15.703
Aluguéis	14.280	15.703
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	867.721	867.721
Juros sobre o capital próprio	291.542	291.542
Lucros retidos	576.179	576.179
Participação minoritária em controlada	-	31

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)**

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. ("Banco" ou "Daycoval"), com sede na Avenida Paulista, 1.793, na cidade e estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento e, por meio de suas controladas diretas e indiretas, atua também na carteira de arrendamento mercantil, administração de recursos de terceiros, seguro de vida e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

Em 08 de janeiro de 2025 o Grupo Daycoval concluiu a aquisição da totalidade das ações da BMG Seguros S.A. através de sua controlada Dayprev Vida e Previdência S.A. A aquisição foi concluída após as aprovações regulatórias junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, que incluem sua dependência no exterior, as entidades controladas direta e indiretamente e os fundos de investimento nos quais existe a retenção de riscos e benefícios, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis Intermediárias, trimestrais, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

O Daycoval optou pela isenção facultada pela Resolução CMN nº 4966/21, de não apresentar informações comparativas com períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perdas com instrumentos financeiros ativos), nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados na rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido de abertura de 1º de janeiro de 2025, pelo valor líquido dos efeitos tributários ajustados em contrapartida ao valor do ativo na mesma data.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pela Administração em 13 de agosto de 2025.

O Daycoval adota critérios de apresentação de suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações, observando os critérios de elaboração e divulgação estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 e normativos complementares.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	4.975/21
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	4.924/21

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração do Banco na sua gestão.

c) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e fundos de investimento adquiridos com retenção substancial de riscos e benefícios, foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações de acionistas controladores e minoritários.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas abrangem o Banco e as seguintes entidades:

	30/06/2025
	% de Participação
Arrendamento Mercantil	
Daycoval Leasing – Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing")	100,00
Daycoval Leasing - Sociedade de Arrendamento Mercantil S.A. ("Daycoval SAM")	99,99
Atividade Financeira - Dependência no Exterior	
Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch	100,00
Atividade de Seguros e Previdência Complementar	
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00
Daycoval Seguros S.A.	97,00
Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	
Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Daycoval CTVM")	100,00
Não Financeiras	
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. ("Daycoval Asset")	99,99
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. ("IFP")	99,99
SCC Agência de Turismo Ltda. ("SCC")	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99
Fundo de Investimento	
Daycoval Tesouraria Fundo de Investimento Financeiro em Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado de Responsabilidade Limitada	100,00

d) Normas emitidas com vigência no período corrente:

i. Resolução CMN nº 4.966/21 e atualizações posteriores

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

Principais impactos:

Reclassificações de instrumentos financeiros

Em 01 de janeiro de 2025, devido à adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, houve reclassificações de Instrumentos Financeiros entre categorias, cujo efeito no patrimônio líquido foi um aumento de R\$748, líquido dos efeitos tributários. Os Instrumentos Financeiros reclassificados foram Certificados de Produto Rural e Notas Comerciais que em 31 de dezembro de 2024 somavam o montante de R\$3.956.073, estavam classificados na categoria Livre Negociação e mensurados a valor justo. A partir de 01 de janeiro de 2025, considerando as definições estabelecidas pela nova resolução, a administração do Daycoval entende que a melhor classificação para os referidos instrumentos financeiros é na rubrica Outros créditos com característica de crédito sendo mensurados ao custo amortizado.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Em 01 de janeiro de 2025, devido à adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, houve uma reversão de provisão no montante aproximado de R\$32.408, sendo que o efeito em lucros acumulados foi de R\$16.556, líquido dos efeitos tributários.

Disposições da Resolução CMN nº 4.966/21 que tiveram a vigência prorrogada:

Reestruturação

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada, porém a resolução faculta o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais das operações reestruturadas até 31 de dezembro de 2026. O Daycoval optou pela faculdade normativa e apresenta as operações reestruturadas de acordo com as condições repactuadas.

Hedge Accounting

Os dispositivos da norma buscam uma aproximação entre o registro contábil do *hedge* e a forma com que as instituições financeiras estruturam seu gerenciamento de riscos.

A partir de 1º de janeiro de 2027 as operações de *hedge* accounting devem ser reclassificadas para as novas categorias conforme descrito abaixo:

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa; e
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

ii. A Resolução CMN nº 4.975/21 e alterações posteriores

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Não foram identificados impactos relevantes na adoção inicial da referida resolução.

e) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

i. Resolução CMN nº 5.185/24

A Resolução CMN nº 5.185/24 determina, a partir do exercício de 2026, a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade nas demonstrações contábeis consolidadas anuais, adotando os pronunciamentos técnicos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS:

I - Pronunciamento Técnico CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, e

II - Pronunciamento Técnico CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior:

i. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Daycoval, estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.524/16, o Daycoval definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas direta e indiretamente, incluindo entidades sediadas no exterior, também será Reais (R\$).

ii. Conversão das transações em moeda estrangeira

Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, itens não monetários avaliados a valor justo. Para os demais casos, aplica-se as taxas de câmbio na data da transação.

iii. Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior

A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item "i" acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações de resultado do Daycoval na rubrica de "Resultado de participação em controladas e coligadas".

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado insignificante.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Daycoval se torna parte interessada na relação contratual do instrumento.

i. Classificação de ativos financeiros

Com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966, a partir de 1º de janeiro de 2025, o Daycoval passou a classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (PL); e
- Valor justo por meio do resultado.

Modelo de negócio: A classificação e mensuração subsequente de ativos financeiros é definida com base no modelo de negócios da Administração para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos.

Os ativos financeiros podem ser administrados com o objetivo de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou
- Venda.

Para que um ativo financeiro seja caracterizado como aquele que gera somente pagamento de principal e juros contratuais, seus fluxos de caixa devem incluir apenas a remuneração do dinheiro no tempo e o risco de crédito de contraparte. Caso as condições contratuais conduzam o ativo financeiro a uma exposição a riscos diversos ou imprevisibilidade na determinação dos fluxos de caixa, tais como alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de commodities, o ativo financeiro é reconhecido a valor justo por meio do resultado. Os contratos com características híbridas devem ser avaliados como um todo, ou seja, todas as características contratuais devem ser consideradas e, se estes contratos possuírem instrumento financeiro derivativo embutido, sua contabilização é efetuada considerando a mensuração ao valor justo por meio do resultado de todo o instrumento financeiro.

ii. Alteração dos modelos de negócio

A reclassificação de ativos financeiros é exigida se, e somente se, o objetivo do modelo de negócios da entidade para o gerenciamento desses ativos mudar. Em caso de alteração dos modelos de negócios, os ativos financeiros serão reclassificados, de forma prospectiva, no primeiro dia do período subsequente de apuração de resultado contábil.

iii. Mensuração de ativos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

Custo amortizado

É valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado em seu reconhecimento inicial, aplicando a metodologia de taxa efetiva de juros, deduzida eventual provisão para perda de crédito esperada.

Taxa efetiva de juros

Representa a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros pode incluir os custos de originação atribuíveis individualmente à operação, bem como receitas adicionais previstas em contrato.

Conforme disposições normativas o Daycoval optou por utilizar a metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado. Essa metodologia consiste em apropriar, de forma individual, as receitas pro rata temporis, no mínimo por ocasião dos balancetes e balanços, considerando a taxa de juros contratual e a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação de forma proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

A norma faculta o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais.

Valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O detalhamento e a hierarquia de valor justo, dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão detalhados na Nota 24.a.

iv. Carteira de Crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito expandida engloba as operações de crédito, de arrendamento, outras operações com característica de crédito, títulos privados, além de avais, fianças, acrescidos dos respectivos custos de transação diretamente atribuíveis às operações.

O Daycoval avalia as perdas esperadas com base em análises prospectivas de cenários macroeconômicos que são reavaliados com periodicidade mínima anual ou quando condições de mercado exijam novas avaliações, o Daycoval avalia a perda de crédito esperada associada aos seguintes ativos financeiros e suas respectivas categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) créditos a liberar, representados por limites não utilizados pelos tomadores de crédito, incluindo limites de cartões de crédito; e (iii) contratos de garantias financeiras prestadas (avais e fianças).

Os instrumentos financeiros têm a mensuração da perda de crédito esperada da seguinte forma:

- Ativos financeiros: mensurada com base no valor contábil dos ativos financeiros;
- Créditos a liberar - mensurada utilizando-se como base, o provável valor de exposição ao risco de crédito decorrente da utilização de tais limites pelos clientes, e
- Garantias financeiras prestadas (avais e fianças) - mensurada utilizando-se como base, o provável valor de exposição a risco de crédito, caso o Daycoval seja chamado a honrar compromissos de crédito dos clientes para os quais foram concedidas tais garantias.

Dependendo do estágio em que a operação se encontra, a perda esperada pode ser projetada para os próximos 12 meses ou para toda a vida útil do contrato (Lifetime).

A seguir, as características de cada estágio:

- Estágio 1: contém todos os ativos financeiros que não sofreram deterioração significativa da sua capacidade creditícia desde o reconhecimento inicial;
- Estágio 2: contém todos os ativos financeiros que sofreram deterioração significativa da sua capacidade creditícia desde o reconhecimento inicial; e
- Estágio 3: contém todos os ativos financeiros que são classificados como não performados, ou em default.

Para contratos de TVM classificados como Valor Justo no Resultado (VJR) e que estão em dia, a mensuração a valor justo já incorpora o risco de crédito, portanto a variação no valor justo desses ativos reflete as flutuações de mercado e o risco de crédito, conforme a regulamentação vigente.

Os ativos financeiros que apresentam atraso superior a 90 dias, são classificadas como ativos problemáticos. As receitas de qualquer natureza desses ativos somente são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas.

O detalhamento da carteira de crédito e respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, está apresentado na Nota 9.

v. Baixa de instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito

Um ativo financeiro é baixado contra a provisão para perdas esperadas após todos os procedimentos necessários serem realizados e não termos mais expectativa de recuperação.

vi. Renegociação e reestruturação de instrumentos financeiros

Considera-se renegociação o acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. O Daycoval reavalia este instrumento para que represente o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Considera-se reestruturação a renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. A operação objeto de reestruturação deve ser inicialmente classificada no Estágio 3. Conforme facultado pela Resolução CMN nº 4.966, até 31 de dezembro de 2026, o Daycoval utilizará a taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

vii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo seu custo amortizado, exceto aqueles objetos de hedge de risco de mercado que são avaliados por seu valor justo por meio do resultado.

viii. Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes é baixado quando:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Daycoval transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, a um terceiro por força de um contrato em que:

(i) O Daycoval transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou

(ii) O Daycoval não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

Quando o Daycoval transfere o direito de receber fluxo de caixa de um ativo ou tenha entrado em um contrato de repasse, e não tenha transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou também não tenha transferido o controle sobre o ativo, este ativo é reconhecido na medida do envolvimento contínuo do Daycoval. Nesse caso, o Daycoval também reconhece um passivo relacionado. O ativo transferido e o passivo relacionado são mensurados para refletir os direitos e obrigações retidas pelo Daycoval.

O contínuo envolvimento que toma a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado ao menor valor entre o valor contabilizado do ativo e o valor máximo de compensação que o Daycoval possa ser requerido a pagar.

ix. Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

x. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Os derivativos são classificados na categoria mensurados ao valor justo em resultado e são mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são incluídas em "Resultado com Instrumentos financeiros derivativos".

Adicionalmente, o Daycoval possui posições tomadas com o propósito de "hedge accounting", principalmente, das emissões no exterior e demais captações em moeda estrangeira.

O detalhamento da carteira de instrumentos financeiros derivativos está apresentado na Nota 8.

e) Participações em controladas

As participações em empresas controladas e coligadas, que o Banco tenha influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das participações em controladas e coligadas está apresentada na Nota 14.

f) Imobilizado de uso

É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

A composição do imobilizado de uso está apresentada na Nota 15.a.

g) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional

Os bens arrendados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

A composição do imobilizado de arrendamento mercantil operacional está apresentada na Nota 15.b.

h) Arrendamento mercantil

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Daycoval passou a observar a Resolução CMN nº 4.975 que aprovou o CPC 06 - Arrendamentos. Conforme facultado pela referida resolução a norma foi aplicada para os novos contratos de arrendamento que o Banco figure na posição de arrendatário.

O Daycoval é arrendatário de bens imóveis para realização de suas atividades comerciais, sendo reconhecidos na rubrica de passivo de arrendamento na data de assinatura do contrato de arrendamento e corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

i) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como:

- Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou
- Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

Os ativos não financeiros mantidos para venda estão apresentados na Nota 12.

j) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (impairment)

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Ativos fiscais correntes e diferidos" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos, conforme Nota 12.

k) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/09 e Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma:

i. Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento.

ii. Ativos contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

iii. Passivos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão no controle do Daycoval. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios para o seu reconhecimento, por serem considerados como perdas possíveis, sendo divulgados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perda remota não são reconhecidos nem divulgados.

iv. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

A composição das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais está apresentada na Nota 18.

l) Tributos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada a alíquota de imposto de renda e contribuição social.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20 são atendidos.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão apresentados na Nota 19.

A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 19.e.

m) Operações de Seguros

Classificação dos contratos de seguro:

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

Provisões técnicas:

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP nº 479/2024 e alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais – NTA, conforme descritos a seguir:

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor bruto dos prêmios de seguro retidos correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". As parcelas referentes aos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada através de metodologia atuarial própria, baseada na observação do desenvolvimento da carteira apurada através de triângulo de Run-off. As provisões de sinistros a liquidar (PSL) administrativa e judicial são constituídas com base nas estimativas dos valores a indenizar efetuadas por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, brutas dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída com base em metodologia própria que visa estimar valor suficiente e justo para fazer frente aos sinistros já ocorridos e que, por algum motivo, ainda não tenham sido comunicados à Companhia.

Teste de adequação dos passivos:

O TAP (Teste de Adequação dos Passivos) é realizado com objetivo de averiguar eventual insuficiência entre o montante registrado a título de provisões técnicas e as estimativas correntes do fluxo de caixa, considerando as premissas mais realistas observadas na data-base. Foram considerados os fluxos de caixa das obrigações assumidas pela Companhia no cumprimento dos contratos vigentes até a data-base, descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco utilizando-se dos parâmetros da curva prefixada, conforme critérios de estimação, interpolação e extrapolação estabelecidos em conformidade com as normas divulgadas pela SUSEP. As premissas realistas utilizadas baseiam-se, prioritariamente, nos dados históricos advindos das operações da própria Companhia. O teste foi realizado observando-se ainda as determinações da Circular SUSEP nº 678/2022 e alterações posteriores, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, consistentes com os registros contábeis da Companhia. O índice de sinistralidade considerado no teste foi de 17,21%, valor calculado com base no histórico dos prêmios ganhos e dos sinistros e despesas incorridos da Companhia nos últimos 36 meses. Quando identificada insuficiência, registra-se a provisão complementar de cobertura ou realiza-se ajuste nas provisões de sinistros, a depender da origem da insuficiência – sinistros futuros ou sinistros já ocorridos, respectivamente – em contrapartida ao resultado do exercício. O teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2024 não identificou qualquer insuficiência e, conseqüentemente, não há necessidade de constituição de qualquer uma das provisões citadas.

Mensuração dos contratos de seguros:

A contabilização dos prêmios de seguros é realizada na data de emissão das apólices ou na data de início de vigência dos riscos para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e resseguro, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios e as comissões de seguros relativos a riscos vigentes, cujas apólices ainda não foram emitidas (RVNE) são calculadas conforme nota técnica atuarial. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com os contratos firmados com os resseguradores.

Exposições ao crédito de resseguro:

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais e adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser escolhidas, o impacto das operações é avaliado regularmente. A Companhia utiliza estratégia de diversificação de riscos no programa de resseguro com resseguradores que tenham rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos seja minimizado.

n) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

O lucro por ação está apresentado na Nota 21.e.

o) Remuneração do capital próprio

A Resolução CMN nº 4.872/20, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022, determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, que deve ser reconhecida a partir do momento em que seja declarada ou proposta e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica de "Sociais e Estatutárias" e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Reservas Especiais de Lucros".

A remuneração do capital próprio está apresentada na Nota 21.c

p) Uso de estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Daycoval exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

- i. As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento;
- ii. Amortizações de ativos diferidos;
- iii. Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa;
- iv. Avaliação de instrumentos financeiros;
- v. Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e
- vi. Provisões técnicas de seguros.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

q) Resultado não recorrente

São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são:

- i. Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
- ii. Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
- iii. Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 22.k.

r) Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição.

O registro contábil da aquisição é segregada em:

- i. I - valor contábil do patrimônio líquido; II – diferença entre o valor justo e o valor contábil de ativos e passivos, se houver; III – ativos identificáveis e passivos assumidos mensuráveis com confiabilidade, não registrados na contabilidade da investida; e IV – ágio por expectativa de rentabilidade futura.
- ii. diferença entre o valor justo e o valor contábil de ativos e passivos, se houver;
- iii. ativos identificáveis e passivos assumidos mensuráveis com confiabilidade, não registrados na contabilidade da investida; e
- iv. ágio por expectativa de rentabilidade futura.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) representa os benefícios econômicos futuros resultantes de ativos que não são individualmente identificados nem reconhecidos separadamente, adquiridos em uma transação de aquisição de participação em coligada, controlada ou controlada em conjunto, sendo amortizado, em contrapartida ao resultado do período, de acordo com o prazo definido no estudo técnico para realização dos benefícios econômicos futuros e pode ser baixado por alienação ou perda do investimento.

O detalhamento da operação de combinação de negócios está disposta na nota 27c.

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Disponibilidades	1.043.757	1.047.002
Aplicações no mercado aberto ⁽¹⁾	13.880	26.228
Aplicações em moedas estrangeiras ⁽²⁾	375.395	375.395
Total	1.433.032	1.448.625

(1) As aplicações no mercado aberto consideradas para compor o total de "Caixa e equivalentes de caixa", possuem vencimento em até 90 dias e não contemplam as posições das aplicações interfinanceiras - posição financiada (Nota 6), para o Banco e Consolidado.

(2) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras (Nota 6) com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

5 - RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BANCO E CONSOLIDADO)

	30/06/2025
Reservas em conta de pagamento instantâneo	510.772
Reservas compulsórias em espécie sobre Depósitos à vista	251.651
Recolhimentos obrigatórios Compulsório sobre depósitos a prazo	1.030.948
Outros recolhimentos obrigatórios	14.207
Total	1.807.578

6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco					Total
	30/06/2025					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Aplicações em operações compromissadas						
Avaliadas pelo seu custo amortizado						
Posição bancada	13.880	-	108.470	110.329	-	232.679
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.584	-	-	-	-	13.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN	289	-	-	-	-	289
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7	-	-	-	-	7
Outros ⁽¹⁾	-	-	108.470	110.329	-	218.799
Posição financiada	3.879.095	-	-	-	-	3.879.095
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	790.253	-	-	-	-	790.253
Notas do Tesouro Nacional - NTN	988.849	-	-	-	-	988.849
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.099.993	-	-	-	-	2.099.993
Posição vendida	11.041	-	-	-	-	11.041
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.041	-	-	-	-	11.041
Depósitos interfinanceiros	1.016.937	969.165	664.306	246.848	15.502	2.912.758
Aplicações em moedas estrangeiras ⁽²⁾	375.395	-	-	-	-	375.395
Total	5.296.348	969.165	772.776	357.177	15.502	7.410.968

	Consolidado					Total
	30/06/2025					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos		
Aplicações em operações compromissadas						
Avaliadas pelo seu custo amortizado						
Posição bancada	26.228	-	108.470	110.329	-	245.027
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.584	-	-	-	-	13.584
Notas do Tesouro Nacional - NTN	12.637	-	-	-	-	12.637
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7	-	-	-	-	7
Outros ⁽¹⁾	-	-	108.470	110.329	-	218.799
Posição financiada	3.879.095	-	-	-	-	3.879.095
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	790.253	-	-	-	-	790.253
Notas do Tesouro Nacional - NTN	988.849	-	-	-	-	988.849
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.099.993	-	-	-	-	2.099.993
Posição vendida	11.041	-	-	-	-	11.041
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.041	-	-	-	-	11.041
Depósitos interfinanceiros	310.142	78.912	166.888	-	-	555.942
Aplicações em moedas estrangeiras ⁽²⁾	375.395	-	-	-	-	375.395
Total	4.601.901	78.912	275.358	110.329	-	5.066.500

(1) Refere-se às operações compromissadas realizadas pela Daycoval S.A. - Cayman Branch.

(2) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo de instrumento

	Banco		
	30/06/2025		
	Valor de curva	Ajuste a valor justo no resultado	Valor justo ⁽¹⁾
Avaliados pelo seu custo amortizado	2.921.617	-	2.921.617
Carteira própria	2.847.603	-	2.847.603
Notas do tesouro nacional - NTN	876.146	-	876.146
Títulos públicos de outros países ⁽⁴⁾	1.971.457	-	1.971.457
Vinculados a compromisso de recompra	74.014	-	74.014
Notas do tesouro nacional - NTN	74.014	-	74.014
Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado	13.306.558	5.348	13.311.906
Carteira própria	6.161.448	(24.273)	6.137.175
Letras financeiras do tesouro - LFT	4.419.477	9.733	4.429.210
Notas do tesouro nacional - NTN	534.634	20.859	555.493
Cotas de fundo de investimento	697.996	(24.595)	673.401
Títulos públicos de outros países	231.679	2.444	234.123
Debêntures ⁽³⁾	186.858	(32.570)	154.288
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽³⁾	41.406	(331)	41.075
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA ⁽³⁾	29.852	311	30.163
Letras de crédito de desenvolvimento - LCD	17.910	-	17.910
Ações	998	(117)	881
Letras de crédito do agronegócio - LCA	278	(6)	272
Letras de crédito imobiliário - LCI	259	-	259
Letras financeiras - LF	60	-	60
Certificados de depósitos a prazo - CDB	30	(1)	29
Letras de câmbio - LC	11	-	11
Vinculados a compromisso de recompra	4.128.788	25.150	4.153.938
Letras financeiras do tesouro - LFT	3.448.448	4.486	3.452.934
Notas do tesouro nacional - NTN	492.884	18.636	511.520
Debêntures ⁽³⁾	178.641	2.035	180.676
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA ⁽³⁾	6.204	(6)	6.198
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽³⁾	2.611	(1)	2.610
Vinculados à prestação de garantias ⁽²⁾	3.016.322	4.471	3.020.793
Letras financeiras do tesouro - LFT	3.016.322	4.471	3.020.793
Total	16.228.175	5.348	16.233.523

	Consolidado		
	30/06/2025		
	Valor de curva	Ajuste a valor justo no resultado	Valor justo ⁽¹⁾
Avaliados pelo seu custo amortizado	2.921.617	-	2.921.617
Carteira própria	2.847.603	-	2.847.603
Notas do tesouro nacional - NTN	876.146	-	876.146
Títulos públicos de outros países ⁽⁴⁾	1.971.457	-	1.971.457
Vinculados a compromisso de recompra	74.014	-	74.014
Notas do tesouro nacional - NTN	74.014	-	74.014
Avaliados pelo seu valor justo por meio do resultado	14.428.902	8.423	14.437.325
Carteira própria	7.283.792	(21.198)	7.262.594
Letras financeiras do tesouro - LFT	5.199.555	9.933	5.209.488
Notas do tesouro nacional - NTN	534.634	20.859	555.493
Cotas de fundo de investimento	917.848	(25.522)	892.326
Títulos públicos de outros países	231.679	2.444	234.123
Debêntures ⁽³⁾	227.770	(30.786)	196.984
Títulos privados no exterior	79.466	2.152	81.618
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽³⁾	41.406	(331)	41.075
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA ⁽³⁾	31.812	183	31.995
Letras de crédito de desenvolvimento - LCD	17.910	-	17.910
Ações	998	(117)	881
Letras de crédito do agronegócio - LCA	278	(6)	272
Letras de crédito imobiliário - LCI	259	-	259
Certificados de depósitos a prazo - CDB	106	(7)	99
Letras financeiras - LF	60	-	60
Letras de câmbio - LC	11	-	11
Vinculados a compromisso de recompra	4.128.788	25.150	4.153.938
Letras financeiras do tesouro - LFT	3.448.448	4.486	3.452.934
Notas do tesouro nacional - NTN	492.884	18.636	511.520
Debêntures ⁽³⁾	178.641	2.035	180.676
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA ⁽³⁾	6.204	(6)	6.198
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI ⁽³⁾	2.611	(1)	2.610
Vinculados à prestação de garantias ⁽²⁾	3.016.322	4.471	3.020.793
Letras financeiras do tesouro - LFT	3.016.322	4.471	3.020.793
Total	17.350.519	8.423	17.358.942

(1) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2025, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimento nos quais o Banco mantém aplicações, pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior e, quando aplicável com base em modelos de fluxo de caixa descontado.

(2) Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

(3) Debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários estão apresentados líquidos de perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em 30 de junho de 2025, o saldo de perdas esperadas é de R\$5.840.

(4) Ativos objeto de hedge de risco de mercado, conforme detalhamento na Nota 8.

b) Composição por prazo

	Banco					Valor justo
	30/06/2025					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Títulos públicos federais	188.245	11.781.705	369.518	139.372	441.270	12.920.110
Letras financeiras do tesouro - LFT	188.245	10.714.692	-	-	-	10.902.937
Notas do tesouro nacional - NTN	-	1.067.013	369.518	139.372	441.270	2.017.173
Títulos e valores mobiliários no exterior	325.627	240.583	1.623.000	16.370	-	2.205.580
Títulos públicos de outros países	325.627	240.583	1.623.000	16.370	-	2.205.580
Títulos privados	302	433.249	-	-	-	433.551
Debêntures	247	334.717	-	-	-	334.964
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	43.685	-	-	-	43.685
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	36.361	-	-	-	36.361
Letras de crédito do desenvolvimento - LCD	-	17.910	-	-	-	17.910
Letras de crédito do agronegócio - LCA	54	218	-	-	-	272
Letras de crédito imobiliário - LCI	1	258	-	-	-	259
Letras financeiras - LF	-	60	-	-	-	60
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	29	-	-	-	29
Letras de câmbio - LC	-	11	-	-	-	11
Ações	881	-	-	-	-	881
Ações	881	-	-	-	-	881
Cotas de fundos de investimento	673.401	-	-	-	-	673.401
Fundos de investimento em direitos creditórios	542.675	-	-	-	-	542.675
Fundos de investimento em renda fixa	58.663	-	-	-	-	58.663
Fundos de investimento imobiliário	48.611	-	-	-	-	48.611
Fundos de investimento multimercado	16.803	-	-	-	-	16.803
Outros fundos de investimento	6.649	-	-	-	-	6.649
Total	1.188.456	12.455.537	1.992.518	155.742	441.270	16.233.523

	Consolidado					Valor justo
	30/06/2025					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Títulos públicos federais	667.087	12.083.141	369.518	139.372	441.270	13.700.388
Letras financeiras do tesouro - LFT	667.087	11.016.128	-	-	-	11.683.215
Notas do tesouro nacional - NTN	-	1.067.013	369.518	139.372	441.270	2.017.173
Títulos e valores mobiliários no exterior	325.683	322.145	1.623.000	16.370	-	2.287.198
Títulos públicos de outros países	325.627	240.583	1.623.000	16.370	-	2.205.580
Títulos privados no exterior	56	81.562	-	-	-	81.618
Títulos privados	302	477.847	-	-	-	478.149
Debêntures	247	377.413	-	-	-	377.660
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	43.685	-	-	-	43.685
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	38.193	-	-	-	38.193
Letras de crédito do desenvolvimento - LCD	-	17.910	-	-	-	17.910
Letras de crédito do agronegócio - LCA	54	218	-	-	-	272
Letras de crédito imobiliário - LCI	1	258	-	-	-	259
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	99	-	-	-	99
Letras financeiras - LF	-	60	-	-	-	60
Letras de câmbio - LC	-	11	-	-	-	11
Ações	881	-	-	-	-	881
Ações	881	-	-	-	-	881
Cotas de fundos de investimento	892.326	-	-	-	-	892.326
Fundos de investimento em direitos creditórios	551.880	-	-	-	-	551.880
Fundos de investimento em renda fixa	177.616	-	-	-	-	177.616
Fundos de investimento em multimercado	78.991	-	-	-	-	78.991
Fundos de investimento imobiliário	51.721	-	-	-	-	51.721
Fundos de ações	25.469	-	-	-	-	25.469
Outros fundos de investimento	6.649	-	-	-	-	6.649
Total	1.886.279	12.883.133	1.992.518	155.742	441.270	17.358.942

Os títulos e valores mobiliários avaliados pelo seu "Valor Justo por Meio do Resultado", estão sendo apresentados com prazo de realização de até 12 meses, independentemente do prazo de seus respectivos vencimentos.

8 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias e de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados na política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional dos instrumentos financeiros derivativos.

Os componentes de riscos de crédito e mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de hedge para as demais áreas.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval, em 30 de junho de 2025, são:

- Contratos de mercado futuro - compromissos para comprar ou vender, taxa de juros e moedas estrangeiras em uma data futura a um preço ou rentabilidade determinados, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física do ativo objeto do contrato. O valor de referência ("*notional*") representa o valor de referência do contrato. Diariamente, são liquidados os ajustes referentes às variações no preço dos ativos objeto dos contratos.
- Contratos a termo - contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada, podendo haver entrega física ou apenas a liquidação financeira da diferença entre os preços das moedas objeto do contrato ("*Non deliverable forwards - NDF*").
- Contratos de troca de indexadores ("*Swaps*") - são compromissos para liquidar em dinheiro, em uma data ou datas futuras (quando possuem mais de um fluxo de pagamento), o diferencial entre dois indicadores financeiros estipulados e distintos (taxas de juros, moeda estrangeira, índices de inflação, entre outros) sobre um valor de referência ("*Notional*") de principal.
- Opções - Contratos de opção dão ao comprador o direito, mediante o pagamento de um prêmio, e ao vendedor (lançador) a obrigação, mediante o recebimento de um prêmio, de comprar ou vender um ativo financeiro (índices de juros, ações, moedas, dentre outros) por um prazo limitado a um preço contratado.

i Operações de hedge

A estratégia de *hedge* é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de *hedge*, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de *hedge* são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O Banco possui estruturas de *hedge* contábil de risco de mercado, como segue:

- Objetivo de mitigar a exposição à taxa de juros encontrada nos fluxos de recebimentos futuros, dada natureza pré-fixada das operações de crédito e de arrendamento mercantil, itens objetos de *hedge*, registrados nas rubricas de "Financiamento de veículos", "Empréstimos Consignados" e "Arrendamento mercantil" (Nota 9a). A estrutura de *hedge* destas operações foi constituída associando-se operações de mercado futuro de taxa de juros (Futuros de DI) para cada um dos fluxos do objeto de *hedge*, seja de juros ou de principal e juros;
- Objetivo de mitigar a exposição à taxa de juros que afeta sensivelmente o retorno das operações, dada natureza pré-fixada das operações com títulos públicos de outros países, itens objetos de *hedge*, registrados nas rubricas de Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7). A estrutura de *hedge* destas operações foi constituída associando-se operações de mercado futuro de taxa de juros (Futuros de DI) para cada um dos fluxos do objeto de *hedge*, seja de juros ou de principal e juros;
- Objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado referentes à flutuação de moeda estrangeira (variação do dólar norte-americano e do euro) e da taxa de juros Libor de suas captações realizadas no exterior (itens objeto de *hedge*) registradas na rubrica de "Obrigações por títulos emitidos no exterior" e "Obrigações por empréstimos no exterior" (Nota 16.b). A estrutura de *hedge* contábil destas operações foi constituída associando-se a um contrato de Swap do tipo Fluxo de Caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de *hedge* de risco de mercado:

30/06/2025			Variação no valor justo do		
Item objeto de <i>hedge</i>	Vencimento	Valor de referência	Instrumento de <i>hedge</i>	Objeto de <i>hedge</i>	Efetividade
Operações de crédito e de arrendamento mercantil					
Arrendamento mercantil	27/07/2032	R\$ 1.349.834	Futuros de DI	5.474	99,12%
Empréstimos consignados	27/02/2037	R\$ 7.146.166	Futuros de DI	73.749	97,27%
Financiamento de veículos	13/06/2030	R\$ 2.722.881	Futuros de DI	6.551	97,61%
Títulos e valores mobiliários					
Títulos soberanos	04/06/2027	R\$ 1.953.076	Futuros de DI	1.910	100,63%
Instrumentos de captação					
Captação Proparco	16/10/2028	USD 75.000	Swap	48.194	99,20%
Captação IFC	16/06/2028	USD 150.000	Swap	87.097	99,43%
Captação IFC	15/12/2026	USD 310.000	Swap	185.601	99,67%
Captação IFC	15/12/2026	USD 171.000	Swap	78.360	99,31%
				486.936	

a) Composição dos montantes de diferenciais, a receber e a pagar, registrados em contas patrimoniais de ativo e passivo, na rubrica de "Derivativos":

	30/06/2025							
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Consolidado								
Ativo	131.387	127.462	258.849	126.153	21.165	26.578	63.792	21.161
Derivativos	131.387	127.336	258.723	126.027	21.165	26.578	63.792	21.161
Operações de swap - diferencial a receber	65.879	52.694	118.573	4.363	9.205	20.740	63.104	21.161
Termo de moeda ("NDF") - diferencial a receber	46.684	10.051	56.735	45.679	6.441	3.927	688	-
Futuros de cupom cambial (DDI)	-	44.446	44.446	44.446	-	-	-	-
Futuros de moedas estrangeiras	-	22.747	22.747	22.747	-	-	-	-
Prêmios pagos por compra de opções de compra	13.437	(6.077)	7.360	866	4.583	1.911	-	-
Contratos de Câmbio - compra	2.935	359	3.294	2.575	719	-	-	-
Contratos de Câmbio - venda	2.452	(184)	2.268	2.051	217	-	-	-
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	3.115	3.115	3.115	-	-	-	-
Futuros de juros (DI)	-	185	185	185	-	-	-	-
Entidade controlada	-	126	126	126	-	-	-	-
Derivativos	-	126	126	126	-	-	-	-
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	125	125	125	-	-	-	-
Futuros de juros (DI)	-	1	1	1	-	-	-	-
Passivo	2.206.760	56.769	2.263.529	1.280.056	592.279	263.032	108.560	19.602
Derivativos	2.206.760	56.313	2.263.073	1.279.600	592.279	263.032	108.560	19.602
Prêmios recebidos por venda de opções de compra	1.644.419	(3.106)	1.641.313	1.083.672	554.405	3.236	-	-
Operações de swap - diferencial a pagar	403.159	(12.711)	390.448	2.653	4.692	256.585	106.916	19.602
Termo de moeda ("NDF") - diferencial a receber	140.430	4.784	145.214	109.932	30.427	3.211	1.644	-
Futuros de juros (DI)	-	57.748	57.748	57.748	-	-	-	-
Futuros de cupom cambial (DDI)	-	15.743	15.743	15.743	-	-	-	-
Futuros de moedas estrangeiras	-	668	668	668	-	-	-	-
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	384	384	384	-	-	-	-
Contratos de Câmbio - compra	18.658	(7.207)	11.451	8.696	2.755	-	-	-
Contratos de Câmbio - venda	94	10	104	104	-	-	-	-
Entidade controlada	-	456	456	456	-	-	-	-
Derivativos	-	456	456	456	-	-	-	-
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	171	171	171	-	-	-	-
Futuros de juros (DI)	-	282	282	282	-	-	-	-
Futuros de moedas estrangeiras	-	3	3	3	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2025, os montantes de R\$7.158 e R\$52.948, respectivamente, referentes a valores a receber e a pagar para o Banco de operações de derivativos de swap realizados com o Daycoval Leasing, foram eliminadas para fins de consolidação das demonstrações contábeis.

b) Segregação por tipo de contrato e de contraparte ao valor justo:

Consolidado	30/06/2025	
	Ativo	Passivo
Câmbio	5.562	11.555
Instituições financeiras	1.481	71
Pessoas físicas	264	3
Pessoas jurídicas	3.817	11.481
Futuros	70.619	74.999
B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão	70.619	74.999
Swap	118.573	390.448
Pessoas físicas	45.243	32.495
Instituições financeiras	29.786	326.587
Pessoas jurídicas	43.544	31.366
Termo ("NDF")	56.735	145.214
Pessoas jurídicas	56.384	144.446
Pessoas físicas	241	658
Instituições financeiras	110	110
Opções	7.360	1.641.313
Pessoas físicas	5.064	-
Pessoas jurídicas	2.227	1.641.079
Instituições financeiras	69	234

c) Composição dos valores de referência ("Notional") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência:

Consolidado	30/06/2025					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Swap	378.929	478.757	3.325.164	2.165.929	1.975.610	8.324.389
Ativo	237.466	298.957	273.151	748.049	938.257	2.495.880
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	-	-	-	286.633	-	286.633
Dólar x CDI	-	-	-	286.633	-	286.633
Estratégia de negociação ("trading")	237.466	298.957	273.151	461.416	938.257	2.209.247
CDI x Dólar	12.049	74.068	5.272	26.905	-	118.294
CDI x Taxa pré-fixada	49.066	19.043	2.518	4.375	-	75.002
Dólar x CDI	1.281	10.846	42.943	64.824	5.003	124.897
Taxa pré-fixada x Dólar	18.765	23.702	17.369	-	-	59.836
Taxa pré-fixada x CDI	-	10.000	26.732	46.143	631.455	714.330
Dólar x Taxa pré-fixada	38.912	93.346	91.257	245.155	23.518	492.188
Taxa pré-fixada x IPC-A	6.757	11.147	35.828	29.889	-	83.621
CDI X IPC-A	-	27.351	51.232	44.125	278.281	400.989
DOLAR x DOLAR	110.636	29.454	-	-	-	140.090
Passivo	141.463	179.800	3.052.013	1.417.880	1.037.353	5.828.509
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	-	-	2.866.881	897.330	-	3.764.211
Dólar x CDI	-	-	2.866.881	897.330	-	3.764.211
Estratégia de negociação ("trading")	141.463	179.800	185.132	520.550	1.037.353	2.064.298
Dólar x CDI	-	-	-	42.118	-	42.118
Dólar x Taxa pré-fixada	137.417	127.112	92.853	464.165	702.497	1.524.044
Taxa pré-fixada x Dólar	-	2.688	2.360	4.261	-	9.309
Taxa pré-fixada x CDI	-	25.000	-	-	334.856	359.856
CDI X Dólar	-	-	19.407	-	-	19.407
CDI X Taxa pré-fixada	4.046	-	512	10.006	-	14.564
IPC-A x CDI	-	25.000	70.000	-	-	95.000
Termo ("NDF")	4.687.015	588.129	99.707	72.736	-	5.447.587
Posição comprada	3.477.022	492.760	99.707	72.736	-	4.142.225
Posição vendida	1.209.993	95.369	-	-	-	1.305.362

Consolidado	30/06/2025					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Futuros	16.261.280	8.835.658	10.576.832	3.310.449	1.869.628	40.853.847
Posição comprada	5.582.508	2.297.028	804.477	340.914	287.528	9.312.455
Estratégia de negociação ("trading")	5.582.508	2.297.028	804.477	340.914	287.528	9.312.455
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	173	755.268	339.642	265.724	1.360.807
Futuros de moedas estrangeiras	2.303.632	1.224.750	-	-	-	3.528.382
Futuros de juros (DI)	2.113.693	283.801	49.209	1.272	21.804	2.469.779
Futuros de cupom cambial (DDI)	1.165.183	788.304	-	-	-	1.953.487
Posição vendida	10.678.772	6.538.630	9.772.355	2.969.535	1.582.100	31.541.392
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	844.082	2.294.519	3.338.754	1.692.530	908.932	9.078.817
Futuros de juros (DI)	844.082	2.294.519	3.338.754	1.692.530	908.932	9.078.817
Estratégia de negociação ("trading")	9.834.690	4.244.111	6.433.601	1.277.005	673.168	22.462.575
Futuros de juros (DI)	2.680.275	1.564.353	5.164.716	795.931	622.898	10.828.173
Futuros de cupom cambial (DDI)	1.026.771	1.320.570	1.224.510	481.074	-	4.052.925
Futuros de moedas estrangeiras	6.127.644	1.359.188	44.375	-	-	7.531.207
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	-	-	-	50.270	50.270
Opções	155.381	215.535	17.604	-	-	388.520
Posição comprada	149.548	131.535	17.604	-	-	298.687
Moeda estrangeira	149.548	131.535	17.604	-	-	298.687
Posição vendida	5.833	84.000	-	-	-	89.833
Moeda estrangeira	5.833	84.000	-	-	-	89.833
Câmbio	927.448	101.320	-	-	-	1.028.768
Posição comprada	453.344	99.040	-	-	-	552.384
Moeda estrangeira	453.344	99.040	-	-	-	552.384
Posição vendida	474.104	2.280	-	-	-	476.384
Moeda estrangeira	474.104	2.280	-	-	-	476.384

Em 30 de junho de 2025, o montante de R\$1.537.950, referentes a valores de referência ("Notional") de operações de derivativos de swap realizados com o Daycoval Leasing, foram eliminadas para fins de consolidação das demonstrações contábeis.

9 - CARTEIRA DE CRÉDITO AVALIADA AO CUSTO AMORTIZADO

a) Resumo da carteira de crédito e da carteira de crédito ampliada

i) Composição da carteira de operações de crédito	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Operações de crédito ^{(1) (5)}	34.614.022	34.975.597
Arrendamento mercantil ^{(2) (3)}	-	3.458.981
Outros créditos com características de concessão de crédito ⁽⁶⁾	18.655.340	18.664.753
Total da carteira de crédito (valor contábil bruto)	53.269.362	57.099.331
Títulos privados (Nota 7.a) ⁽⁴⁾	420.850	465.378
Financiamento de títulos e valores mobiliários	8.349	8.349
Recebíveis adquiridos de arranjo de pagamento	725.690	725.690
Garantias financeiras prestadas	8.207.084	8.207.084
Total da carteira de crédito ampliada	62.631.335	66.505.832
Provisão para perdas incorridas	(1.047.598)	(1.065.393)
Provisão para perdas esperadas	(1.313.378)	(1.363.515)
Total da provisão	(2.360.976)	(2.428.908)
Total da carteira de crédito ampliada líquida de provisão	60.270.359	64.076.924

(1) Em 30 de junho de 2025, inclui despesas de R\$138.453 referentes ao ajuste a valor justo de operações de financiamento de veículos e empréstimos consignados, objetos de hedge contábil, tanto para o Banco quanto para o Consolidado. Este montante não está sendo incluído no total das operações de crédito apresentadas nas notas subsequentes.

(2) Em 30 de junho de 2025, inclui despesas de R\$9.875 referentes ao ajuste a valor justo de operações de arrendamento mercantil, objeto de hedge contábil para o Consolidado. Este montante não está sendo incluído no total das operações de arrendamento mercantil apresentadas nas notas subsequentes.

(3) A carteira de arrendamento mercantil está composta pelas operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional a valor presente.

(4) Os títulos privados estão compostos por debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio e certificados de recebíveis imobiliários.

(5) Inclui operações apresentadas de forma líquida das honras recebidas do FGI.

(6) Inclui operações de CPR e Notas comerciais classificadas como Outros créditos com características de concessão de crédito.

ii) Carteira de crédito ampliada por produto

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Segmento empresas	42.687.868	46.572.239
Empréstimos e Financiamentos	21.912.381	22.273.955
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	12.147.553	12.156.966
Arrendamento mercantil	-	3.468.856
Títulos privados	420.850	465.378
Garantias financeiras prestadas	8.207.084	8.207.084
Segmento varejo	20.081.920	20.081.920
Empréstimos consignados	14.703.961	14.703.961
Cartão consignado	1.836.252	1.836.252
Financiamento de veículos	3.112.894	3.112.894
Financiamentos imobiliários	428.813	428.813
Total da carteira de crédito ampliada	62.769.788	66.654.159

b) Movimentação operações entre estágios

Apresentamos a seguir a movimentação dos instrumentos financeiros que integram a carteira de operações de crédito ampliada:

Banco								
30/06/2025								
	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 2	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Estágio 1								
Segmento Empresas	41.425.876	(117.908)	(516.240)	71.213	185.437	-	(169.675)	40.878.703
Empréstimos e Financiamentos	19.397.575	(117.700)	(492.453)	71.213	183.450	-	1.102.069	20.144.154
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	13.547.255	(208)	(638)	-	303	-	(1.407.377)	12.139.335
Títulos privados	351.641	-	(19.464)	-	-	-	69.208	401.385
Garantias financeiras prestadas	8.129.405	-	(3.685)	-	1.684	-	66.425	8.193.829
Segmento Varejo	17.235.395	(312.339)	(327.755)	51.395	21.460	(252)	1.543.673	18.211.577
Empréstimos consignados	13.184.201	(132.417)	(170.592)	19.703	3.278	(246)	774.161	13.678.088
Cartão consignado	1.740.682	(3.717)	(17.241)	2.001	21	(6)	18.469	1.740.209
Financiamento de veículos	2.000.609	(168.014)	(127.402)	26.841	16.765	-	652.458	2.401.257
Financiamentos imobiliários	309.903	(8.191)	(12.520)	2.850	1.396	-	98.585	392.023
Total	58.661.271	(430.247)	(843.995)	122.608	206.897	(252)	1.373.998	59.090.280
Estágio 2								
Segmento Empresas	215.092	(71.213)	(68.998)	117.908	2.828	-	(27.073)	168.544
Empréstimos e Financiamentos	174.602	(71.213)	(68.978)	117.700	2.828	-	13.252	168.191
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	40.490	-	(20)	208	-	-	(40.325)	353
Segmento Varejo	377.879	(51.395)	(146.740)	312.339	10.583	(17)	(13.410)	489.239
Empréstimos consignados	175.505	(19.703)	(73.256)	132.417	2.803	(17)	(10.354)	207.395
Cartão consignado	5.687	(2.001)	(3.234)	3.717	5	-	1.031	5.205
Financiamento de veículos	189.205	(26.841)	(66.873)	168.014	6.957	-	(5.943)	264.519
Financiamentos imobiliários	7.482	(2.850)	(3.377)	8.191	818	-	1.856	12.120
Total	592.971	(122.608)	(215.738)	430.247	13.411	(17)	(40.483)	657.783

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 2	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 2	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento empresas	1.662.768	(185.437)	(2.828)	516.240	68.998	(496)	(418.624)	1.640.621
Empréstimos e Financiamentos	1.429.849	(183.450)	(2.828)	492.453	68.978	(496)	(204.471)	1.600.035
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	222.444	(303)	-	638	20	-	(214.933)	7.866
Títulos privados	-	-	-	19.464	-	-	1	19.465
Garantias financeiras prestadas	10.475	(1.684)	-	3.685	-	-	779	13.255
Segmento varejo	1.065.810	(21.460)	(10.583)	327.755	146.740	(7.766)	(119.392)	1.381.104
Empréstimos consignados	632.608	(3.278)	(2.803)	170.592	73.256	(6.769)	(45.128)	818.478
Cartão consignado	62.612	(21)	(5)	17.241	3.234	(968)	8.745	90.838
Financiamento de veículos	354.871	(16.765)	(6.957)	127.402	66.873	(29)	(78.277)	447.118
Financiamentos imobiliários	15.719	(1.396)	(818)	12.520	3.377	-	(4.732)	24.670
Total	2.728.578	(206.897)	(13.411)	843.995	215.738	(8.262)	(538.016)	3.021.725

Movimentação total dos Estágios	Saldo inicial em 01/01/2025	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento empresas	43.303.736	(496)	(615.372)	42.687.868
Empréstimos e Financiamentos	21.002.026	(496)	910.850	21.912.380
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	13.810.189	-	(1.662.635)	12.147.554
Títulos privados	351.641	-	69.209	420.850
Garantias financeiras prestadas	8.139.880	-	67.204	8.207.084
Segmento varejo	18.679.084	(8.035)	1.410.871	20.081.920
Empréstimos consignados	13.992.314	(7.032)	718.679	14.703.961
Cartão consignado	1.808.981	(974)	28.245	1.836.252
Financiamento de veículos	2.544.685	(29)	568.238	3.112.894
Financiamentos imobiliários	333.104	-	95.709	428.813
Total da carteira de crédito ampliada	61.982.820	(8.531)	795.499	62.769.788

Consolidado								
30/06/2025								
Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 2	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento Empresas	44.838.974	(210.689)	(582.612)	100.000	231.005	-	170.985	44.547.663
Empréstimos e Financiamentos	19.698.466	(118.678)	(494.423)	71.213	185.211	-	1.146.894	20.488.683
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	13.552.877	(208)	(638)	-	303	-	(1.403.586)	12.148.748
Arrendamento mercantil	3.106.585	(91.803)	(64.402)	28.787	43.807	-	247.516	3.270.490
Títulos privados	351.641	-	(19.464)	-	-	-	113.736	445.913
Garantias financeiras prestadas	8.129.405	-	(3.685)	-	1.684	-	66.425	8.193.829
Segmento Varejo	17.235.395	(312.339)	(327.755)	51.395	21.460	(252)	1.543.673	18.211.577
Empréstimos consignados	13.184.201	(132.417)	(170.592)	19.703	3.278	(246)	774.161	13.678.088
Cartão consignado	1.740.682	(3.717)	(17.241)	2.001	21	(6)	18.469	1.740.209
Financiamento de veículos	2.000.609	(168.014)	(127.402)	26.841	16.765	-	652.458	2.401.257
Financiamentos imobiliários	309.903	(8.191)	(12.520)	2.850	1.396	-	98.585	392.023
Total	62.074.369	(523.028)	(910.367)	151.395	252.465	(252)	1.714.658	62.759.240

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento Empresas	247.138	(100.000)	(71.447)	210.689	31.322	-	(35.475)	282.227
Empréstimos e Financiamentos	176.420	(71.213)	(70.041)	118.678	2.828	-	12.589	169.261
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	40.490	-	(20)	208	-	-	(40.325)	353
Arrendamento mercantil	30.228	(28.787)	(1.386)	91.803	28.494	-	(7.739)	112.613
Segmento Varejo	377.879	(51.395)	(146.740)	312.339	10.583	(17)	(13.410)	489.239
Empréstimos consignados	175.505	(19.703)	(73.256)	132.417	2.803	(17)	(10.354)	207.395
Cartão consignado	5.687	(2.001)	(3.234)	3.717	5	-	1.031	5.205
Financiamento de veículos	189.205	(26.841)	(66.873)	168.014	6.957	-	(5.943)	264.519
Financiamentos imobiliários	7.482	(2.850)	(3.377)	8.191	818	-	1.856	12.120
Total	625.017	(151.395)	(218.187)	523.028	41.905	(17)	(48.885)	771.466

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 2	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 2	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento empresas	1.772.688	(231.005)	(31.322)	582.612	71.447	(496)	(421.575)	1.742.349
Empréstimos e Financiamentos	1.447.278	(185.211)	(2.828)	494.423	70.041	(496)	(207.195)	1.616.012
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	222.444	(303)	-	638	20	-	(214.935)	7.864
Arrendamento mercantil	92.491	(43.807)	(28.494)	64.402	1.386	-	(225)	85.753
Títulos privados	-	-	-	19.464	-	-	1	19.465
Garantias financeiras prestadas	10.475	(1.684)	-	3.685	-	-	779	13.255
Segmento varejo	1.065.810	(21.460)	(10.583)	327.755	146.740	(7.766)	(119.392)	1.381.104
Empréstimos consignados	632.608	(3.278)	(2.803)	170.592	73.256	(6.769)	(45.128)	818.478
Cartão consignado	62.612	(21)	(5)	17.241	3.234	(968)	8.745	90.838
Financiamento de veículos	354.871	(16.765)	(6.957)	127.402	66.873	(29)	(78.277)	447.118
Financiamentos imobiliários	15.719	(1.396)	(818)	12.520	3.377	-	(4.732)	24.670
Total	2.838.498	(252.465)	(41.905)	910.367	218.187	(8.262)	(540.967)	3.123.453

Movimentação total dos Estágios	Saldo inicial em 01/01/2025	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento empresas	46.858.800	(496)	(286.065)	46.572.239
Empréstimos e Financiamentos	21.322.164	(496)	952.288	22.273.956
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	13.815.811	-	(1.658.846)	12.156.965
Arrendamento mercantil	3.229.304	-	239.552	3.468.856
Títulos privados	351.641	-	113.737	465.378
Garantias financeiras prestadas	8.139.880	-	67.204	8.207.084
Segmento varejo	18.679.084	(8.035)	1.410.871	20.081.920
Empréstimos consignados	13.992.314	(7.032)	718.679	14.703.961
Cartão consignado	1.808.981	(974)	28.245	1.836.252
Financiamento de veículos	2.544.685	(29)	568.238	3.112.894
Financiamentos imobiliários	333.104	-	95.709	428.813
Total da carteira de crédito ampliada	65.537.884	(8.531)	1.124.806	66.654.159

c) Por faixa de vencimento e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

i. Por faixa de vencimento

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Operações em curso normal ⁽¹⁾	50.546.527	54.256.982
Parcelas vencidas	50.546.527	54.256.982
Até 3 meses	18.663.319	19.185.409
De 3 a 12 meses	12.433.838	13.508.813
De 1 a 3 anos	11.793.855	13.477.148
De 3 a 5 anos	5.244.314	5.639.234
Acima de 5 anos	2.284.025	2.314.745
Vencidas até 14 dias	127.176	131.633
Operações em curso anormal ⁽²⁾	3.595.327	3.724.715
Parcelas vencidas	2.622.152	2.731.738
Até 3 meses	306.791	317.900
De 3 a 12 meses	728.945	764.575
De 1 a 3 anos	1.066.823	1.118.122
De 3 a 5 anos	360.776	372.324
Acima de 5 anos	158.817	158.817
Parcelas vencidas	973.175	992.977
Até 60 dias	281.576	290.339
De 61 a 90 dias	90.835	96.578
De 91 a 180 dias	221.033	224.513
De 181 a 360 dias	379.731	381.547
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	54.141.854	57.981.697
Prazo		
Até 3 meses	248	248
De 3 a 12 meses	3.188	3.188
De 1 a 3 anos	157.260	158.106
De 3 a 5 anos	103.621	105.453
Acima de 5 anos	156.533	198.383
Total de títulos privados (Nota 7.a)	420.850	465.378
Garantias financeiras prestadas	8.207.084	8.207.084
Total de garantias financeiras prestadas	8.207.084	8.207.084
Total da carteira de crédito ampliada	62.769.788	66.654.159

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

ii. Provisão

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Provisão associada a risco de crédito		
Perda Incorrida	1.047.598	1.065.393
Perda Esperada	1.296.522	1.346.659
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	2.344.120	2.412.052
Perda Esperada	5.840	5.840
Total de provisão associada a risco de crédito sobre títulos privados	5.840	5.840
Perda Esperada	11.016	11.016
Total de provisão associada a risco de crédito sobre garantias financeiras prestadas	11.016	11.016
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de crédito ampliada	2.360.976	2.428.908

d) Diversificação da carteira de crédito

Banco		
	30/06/2025	
Diversificação da carteira de crédito e de arrendamento mercantil por setor econômico	Valor	% de exposição
Total	62.769.788	100,00%
Setor privado	62.237.344	99,15%
Pessoa jurídica	38.399.306	61,17%
Indústria	14.695.944	23,41%
Comércio	8.028.463	12,79%
Atividades Financeiras e Seguradoras	2.746.433	4,38%
Administração e serviços	2.527.999	4,03%
Transportes e logística	1.984.300	3,16%
Energia	1.525.464	2,43%
Construção	1.040.944	1,66%
Telecomunicação e TI	721.439	1,15%
Imobiliário	626.634	1,00%
Saúde	510.272	0,81%
Extração	457.311	0,73%
Serviços especializados	415.842	0,66%
Cultura e lazer	387.639	0,62%
Administração pública, defesa e seguridade social	228.076	0,36%
Educação	184.319	0,29%
Saneamento	171.101	0,27%
Hospedagem e alimentação	118.132	0,19%
Outros	2.028.994	3,23%
Pessoas físicas	23.838.038	37,98%
Setor público	532.444	0,85%

Consolidado		
	30/06/2025	
Diversificação da carteira de crédito e de arrendamento mercantil por setor econômico	Valor	% de exposição
Total	66.654.159	100,00%
Setor privado	66.121.715	99,20%
Pessoa jurídica	42.049.813	63,09%
Indústria	15.356.267	23,04%
Comércio	8.663.808	13,00%
Atividades Financeiras e Seguradoras	3.586.365	5,38%
Administração e serviços	2.788.887	4,18%
Transportes e logística	2.393.103	3,59%
Energia	1.545.821	2,32%
Construção	1.157.077	1,74%
Telecomunicação e TI	893.949	1,34%
Imobiliário	674.566	1,01%
Saúde	574.920	0,86%
Extração	519.389	0,78%
Serviços especializados	504.263	0,76%
Cultura e lazer	483.513	0,73%
Administração pública, defesa e seguridade social	228.076	0,34%
Educação	205.379	0,31%
Saneamento	177.402	0,27%
Hospedagem e alimentação	127.694	0,19%
Outros	2.169.334	3,25%
Pessoas físicas	24.071.902	36,11%
Setor público	532.444	0,80%

e) Concentração das operações de crédito

Banco		
	30/06/2025	
Maiores devedores	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	1.918.234	3,06%
10 maiores devedores	5.773.874	9,20%
50 seguintes maiores devedores	6.788.564	10,82%
100 seguintes maiores devedores	5.786.817	9,22%
Demais devedores	42.502.299	67,71%
Total	62.769.788	100,00%

Consolidado		
	30/06/2025	
Maiores devedores	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	1.918.234	2,88%
10 maiores devedores	5.880.667	8,82%
50 seguintes maiores devedores	7.225.288	10,84%
100 seguintes maiores devedores	6.007.546	9,01%
Demais devedores	45.622.424	68,45%
Total	66.654.159	100,00%

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Banco								
30/06/2025								
Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 2	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento Empresas	175.334	(2.201)	(10.603)	13.789	65.713	-	31.499	273.531
Empréstimos e Financiamentos	115.315	(2.199)	(10.419)	13.789	65.364	-	47.406	229.256
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	55.999	(2)	(18)	-	250	-	(15.637)	40.592
Títulos privados	428	-	(166)	-	-	-	(262)	-
Garantias financeiras prestadas	3.592	-	-	-	99	-	(8)	3.683
Segmento Varejo	231.528	(8.082)	(8.060)	3.679	9.300	(252)	23.960	252.073
Empréstimos consignados	158.677	(2.210)	(2.918)	1.252	1.984	(246)	7.719	164.258
Cartão consignado	20.758	(52)	(256)	170	14	(6)	2.848	23.476
Financiamento de veículos	51.611	(5.805)	(4.862)	1.902	6.762	-	14.109	63.717
Financiamentos imobiliários	482	(15)	(24)	355	540	-	(716)	622
Total	406.862	(10.283)	(18.663)	17.468	75.013	(252)	55.459	525.604
Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento Empresas	51.863	(13.789)	(15.432)	2.201	1.006	-	13.966	39.815
Empréstimos e Financiamentos	33.997	(13.789)	(15.417)	2.199	1.006	-	31.665	39.661
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	17.866	-	(15)	2	-	-	(17.699)	154
Segmento Varejo	27.907	(3.679)	(11.044)	8.082	4.150	(17)	17.431	42.830
Empréstimos consignados	11.946	(1.252)	(4.732)	2.210	1.020	(17)	7.447	16.622
Cartão consignado	403	(170)	(208)	52	3	-	304	384
Financiamento de veículos	14.482	(1.902)	(5.570)	5.805	2.810	-	8.259	23.884
Financiamentos imobiliários	1.076	(355)	(534)	15	317	-	1.421	1.940
Total	79.770	(17.468)	(26.476)	10.283	5.156	(17)	31.397	82.645

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 2	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 2	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento empresas	773.328	(65.713)	(1.006)	10.603	15.432	(496)	93.640	825.788
Empréstimos e Financiamentos	586.703	(65.364)	(1.006)	10.419	15.417	(496)	261.343	807.016
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	182.419	(250)	-	18	15	-	(176.603)	5.599
Títulos privados	-	-	-	166	-	-	5.674	5.840
Garantias financeiras prestadas	4.206	(99)	-	-	-	-	3.226	7.333
Segmento varejo	597.345	(9.300)	(4.150)	8.060	11.044	(7.766)	331.706	926.939
Empréstimos consignados	390.582	(1.984)	(1.020)	2.918	4.732	(6.769)	241.210	629.669
Cartão consignado	47.715	(14)	(3)	256	208	(968)	24.972	72.166
Financiamento de veículos	152.779	(6.762)	(2.810)	4.862	5.570	(29)	61.348	214.958
Financiamentos imobiliários	6.269	(540)	(317)	24	534	-	4.176	10.146
Total	1.370.673	(75.013)	(5.156)	18.663	26.476	(8.262)	425.346	1.752.727

Movimentação total dos Estágios	Saldo inicial em 01/01/2025	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento empresas	1.000.525	(496)	139.105	1.139.134
Empréstimos e Financiamentos	736.015	(496)	340.414	1.075.933
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	256.284	-	(209.939)	46.345
Títulos privados	428	-	5.412	5.840
Garantias financeiras prestadas	7.798	-	3.218	11.016
Segmento varejo	856.780	(8.035)	373.097	1.221.842
Empréstimos consignados	561.205	(7.032)	256.376	810.549
Cartão consignado	68.876	(974)	28.124	96.026
Financiamento de veículos	218.872	(29)	83.716	302.559
Financiamentos imobiliários	7.827	-	4.881	12.708
Total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.857.305	(8.531)	512.202	2.360.976

Consolidado								
30/06/2025								
Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 2	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 2	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento Empresas	196.759	(4.165)	(11.951)	15.735	86.295	-	13.525	296.198
Empréstimos e Financiamentos	117.608	(2.261)	(10.519)	13.789	66.190	-	46.585	231.392
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	56.000	(2)	(18)	-	250	-	(15.633)	40.597
Arrendamento mercantil	19.131	(1.902)	(1.248)	1.946	19.756	-	(17.157)	20.526
Títulos privados	428	-	(166)	-	-	-	(262)	-
Garantias financeiras prestadas	3.592	-	-	-	99	-	(8)	3.683
Segmento Varejo	231.528	(8.082)	(8.060)	3.679	9.300	(252)	23.960	252.073
Empréstimos consignados	158.677	(2.210)	(2.918)	1.252	1.984	(246)	7.719	164.258
Cartão consignado	20.758	(52)	(256)	170	14	(6)	2.848	23.476
Financiamento de veículos	51.611	(5.805)	(4.862)	1.902	6.762	-	14.109	63.717
Financiamentos imobiliários	482	(15)	(24)	355	540	-	(716)	622
Total	428.287	(12.247)	(20.011)	19.414	95.595	(252)	37.485	548.271
Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 3	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 3	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento Empresas	54.257	(15.735)	(15.839)	4.165	14.899	-	8.792	50.539
Empréstimos e Financiamentos	34.229	(13.789)	(15.612)	2.261	1.006	-	31.683	39.778
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	17.866	-	(15)	2	-	-	(17.699)	154
Arrendamento mercantil	2.162	(1.946)	(212)	1.902	13.893	-	(5.192)	10.607
Segmento Varejo	27.907	(3.679)	(11.044)	8.082	4.150	(17)	17.431	42.830
Empréstimos consignados	11.946	(1.252)	(4.732)	2.210	1.020	(17)	7.447	16.622
Cartão consignado	403	(170)	(208)	52	3	-	304	384
Financiamento de veículos	14.482	(1.902)	(5.570)	5.805	2.810	-	8.259	23.884
Financiamentos imobiliários	1.076	(355)	(534)	15	317	-	1.421	1.940
Total	82.164	(19.414)	(26.883)	12.247	19.049	(17)	26.223	93.369

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2025	Mudança para o Estágio 1	Mudança para o Estágio 2	Mudança do Estágio 1	Mudança do Estágio 2	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento empresas	824.287	(86.295)	(14.899)	11.951	15.839	(496)	109.942	860.329
Empréstimos e Financiamentos	594.853	(66.190)	(1.006)	10.519	15.612	(496)	260.266	813.558
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	182.419	(250)	-	18	15	-	(176.600)	5.602
Arrendamento mercantil	42.809	(19.756)	(13.893)	1.248	212	-	17.376	27.996
Títulos privados	-	-	-	166	-	-	5.674	5.840
Garantias financeiras prestadas	4.206	(99)	-	-	-	-	3.226	7.333
Segmento varejo	597.345	(9.300)	(4.150)	8.060	11.044	(7.766)	331.706	926.939
Empréstimos consignados	390.582	(1.984)	(1.020)	2.918	4.732	(6.769)	241.210	629.669
Cartão consignado	47.715	(14)	(3)	256	208	(968)	24.972	72.166
Financiamento de veículos	152.779	(6.762)	(2.810)	4.862	5.570	(29)	61.348	214.958
Financiamentos imobiliários	6.269	(540)	(317)	24	534	-	4.176	10.146
Total	1.421.632	(95.595)	(19.049)	20.011	26.883	(8.262)	441.648	1.787.268

Movimentação total dos Estágios	Saldo inicial em 01/01/2025	Write Off	Novas operações / (liquidação)	Saldo final em 30/06/2025
Segmento empresas	1.075.303	(496)	132.259	1.207.066
Empréstimos e Financiamentos	746.690	(496)	338.534	1.084.728
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	256.285	-	(209.932)	46.353
Arrendamento mercantil	64.102	-	(4.973)	59.129
Títulos privados	428	-	5.412	5.840
Garantias financeiras prestadas	7.798	-	3.218	11.016
Segmento varejo	856.780	(8.035)	373.097	1.221.842
Empréstimos consignados	561.205	(7.032)	256.376	810.549
Cartão consignado	68.876	(974)	28.124	96.026
Financiamento de veículos	218.872	(29)	83.716	302.559
Financiamentos imobiliários	7.827	-	4.881	12.708
Total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.932.083	(8.531)	505.356	2.428.908

g) Renegociação e recuperação de operações com características de concessão de crédito

i. Composição do saldo de operações renegociadas

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Composição do saldo de operações renegociadas (incluindo reestruturação)		
Operações em curso normal ⁽¹⁾	2.778.813	3.211.597
Parcelas vencidas	2.778.813	3.211.597
Até 3 meses	595.236	642.695
De 3 a 12 meses	986.768	1.103.868
De 1 a 3 anos	954.867	1.184.100
De 3 a 5 anos	189.589	228.147
Acima de 5 anos	24.938	24.938
Vencidas até 14 dias	27.415	27.849
Operações em curso anormal ⁽²⁾	718.046	738.639
Parcelas vencidas	498.686	513.686
Até 3 meses	81.131	84.214
De 3 a 12 meses	158.284	166.687
De 1 a 3 anos	215.171	218.545
De 3 a 5 anos	43.072	43.212
Acima de 5 anos	1.028	1.028
Parcelas vencidas	219.360	224.953
Até 60 dias	80.469	82.979
De 61 a 90 dias	28.006	28.803
De 91 a 180 dias	41.020	42.319
De 181 a 360 dias	69.865	70.852
Total	3.496.859	3.950.236

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

ii. Movimentação das operações renegociadas

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Saldo inicial	3.030.406	3.529.710
Baixa de operações renegociadas para prejuízo	(519)	(519)
Pagamentos / amortizações no período de operações renegociadas	(1.287.575)	(1.402.315)
Renegociação de operações	1.214.751	1.283.564
Operações reestruturadas	539.796	539.796
Saldo final	3.496.859	3.950.236
% de reestruturações sobre carteira de operações renegociadas	15,44%	13,66%
% de reestruturações sobre a carteira de crédito ampliada	0,86%	0,81%

Em 30 de junho de 2025, o Banco recuperou créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R\$108.867 e o Daycoval Leasing recuperou o montante de R\$402, reconhecidos nas demonstrações de resultado na rubrica de "Rendas de empréstimos e recebíveis".

h) Movimentação e composição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

i. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Saldo inicial da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.912.406	1.964.547
Ajustes de adoção inicial Resolução BCB nº 4.966/21	(55.101)	(32.464)
Saldo inicial ajustado	1.857.305	1.932.083
Operações baixadas como prejuízo	(8.531)	(8.531)
Constituição (reversão) da despesa com provisão	506.790	499.944
Perda Incorrida - Mínima ⁽¹⁾	461.236	479.031
Perda Esperada	42.336	17.695
Avais e fianças prestadas	3.218	3.218
Constituição/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos títulos privados	5.412	5.412
Saldo final da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.360.976	2.428.908

(1) Refere-se à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução BCB nº 352, e alterações posteriores.

i) Crédito Rural

Para o Plano Safra 2024/2025, o direcionamento de recursos para aplicação no crédito rural totalizou R\$ 2.043.083, que correspondem a soma da exigibilidade sobre o Recursos Obrigatórios (31,50%), e LCA - Letra de Crédito do Agronegócio (50%), conforme previsto na regulação específica. Os instrumentos utilizados pelo Banco Daycoval para fins de cumprimento das exigibilidades, foram Operações de empréstimos, DIR - Depósitos Interfinanceiro Rurais e CPRs - Cédula de Produtor Rural. Os custos diretos com a elaboração de projetos, obtenção de documentos e fiscalização e, os custos indiretos relativos aos custos administrativos com a gestão do processo, são os custos normais atrelados às operações de crédito. Não houve custo por descumprimento das exigibilidades.

10 - PRÊMIOS A RECEBER

a) Composição

	30/06/2025
Prêmios a receber	297.942
Operações com seguradoras	9.538
Operações com resseguradoras	24.357
Total	331.837

b) Prêmios

Prêmios Diretos	30/06/2025			Prêmio a receber líquido
	Prêmios a receber seguros	Prêmios RVNE	Redução ao valor recuperável	
Compreensivo empresarial	35.773	-	(21)	35.752
Risco de Engenharia	1.042	-	(101)	941
Responsabilidade de Administradores e Diretores - D&O	7	-	-	7
Responsabilidade Civil Profissional	143	-	-	143
Fiança Locatícia	37	-	-	37
Garantia Segurado - Setor Público	195.285	45.877	(9.406)	231.756
Garantia Segurado - Setor Privado	25.490	5.224	(1.408)	29.306
Total	257.777	51.101	(10.936)	297.942

c) Movimentação dos Prêmios a Receber

	30/06/2025
Saldo Inicial	269.008
(+) Prêmios Emitidos	229.739
(+) IOF	3.319
(-) Prêmios Cancelados e Restituídos	(78.174)
(-) Recebimentos	(123.055)
RVNE	(2.240)
Redução ao valor recuperável	(655)
Saldo Final	297.942

d) Operações com Seguradoras

	30/06/2025		
	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios de Cosseguro Aceito	2.357	-	2.357
Restituição de Cosseguro Cedido	1.451	-	1.451
Sinistros pagos a recuperar de Cosseguro Cedido	1.024	-	1.024
Comissão de Cosseguro Cedido	1.373	3.333	4.706
	6.205	3.333	9.538

e) Operações com Resseguradoras

Sinistros pagos a recuperar de resseguradores	30/06/2025		
	Sinistros pagos	Redução ao valor recuperável	Total
Compreensivo empresarial	10.725	(6)	10.719
Risco de Engenharia	2.581	(1)	2.580
Responsabilidade de Administradores e Diretores - D&O	1	-	1
Responsabilidade Civil Profissional	395	-	395
Garantia Segurado - Setor Público	6.478	(4)	6.474
Garantia Segurado - Setor Privado	4.191	(3)	4.188
Total	24.371	(14)	24.357

11 - OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Adiantamentos salariais	14.794	17.100
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	34.212	35.662
Pagamentos a ressarcir	1.141	1.141
Margem depositada em garantia de operações de swap	79.899	79.899
Devedores diversos ⁽¹⁾	374.164	828.149
Total	504.210	961.951

(1) Em 30 de junho de 2025, a rubrica de "Devedores diversos" está composta, substancialmente, por valores de depositantes de conta garantida pendentes de compensação no montante de R\$93.089 para o Banco e Consolidado e ativos de resseguros no montante de R\$442.551 para o Consolidado.

12 - OUTROS VALORES E BENS**a) Ativos não financeiros mantidos para venda**

	30/06/2025					
	Banco			Consolidado		
	Valor bruto	Provisão	Valor líquido	Valor bruto	Provisão	Valor líquido
Próprios	-	-	-	18	-	18
Recebidos	105.979	(12.821)	93.158	106.405	(12.821)	93.584
Total de Ativos não financeiros mantidos para venda	105.979	(12.821)	93.158	106.423	(12.821)	93.602

b) Despesas pagas antecipadamente

	30/06/2025					
	Banco					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor ⁽¹⁾
Despesas pagas antecipadamente	14.762	45.478	24.515	6.573	11.304	102.632
Total de despesas pagas antecipadamente	14.762	45.478	24.515	6.573	11.304	102.632

	30/06/2025					
	Consolidado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor ⁽¹⁾
Despesas pagas antecipadamente	16.042	113.872	100.556	6.573	11.304	248.347
Total de despesas pagas antecipadamente	16.042	113.872	100.556	6.573	11.304	248.347

(1) Em 30 de junho de 2025, o saldo de despesas pagas antecipadamente, estão compostas, substancialmente, por comissões de empréstimos e emissões no exterior no montante de R\$33.009, deságio na emissão de títulos no montante de R\$24.395 e despesas antecipadas de operações de seguros, para o Consolidado, no montante de R\$144.411.

13 - DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch (dependência no exterior), incluídas nas Demonstrações Contábeis do Banco, estão apresentados a seguir:

	30/06/2025	
	US\$ mil	R\$ mil ⁽¹⁾
Ativos		
Disponibilidades	7.344	40.080
Aplicações interfinanceiras de liquidez	108.094	589.882
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	43.574	237.788
Operações de crédito	1.028.994	5.615.324
Outros créditos	37.209	203.054
Outros valores e bens	5.922	32.318
Total de ativos	1.231.137	6.718.446
Passivos		
Depósito à vista	7.266	39.653
Depósito a prazo	142.630	778.345
Obrigações por operações compromissadas	69.658	380.128
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	351.738	1.919.471
Instrumentos Financeiros Derivativos	72	390
Obrigações por empréstimos e repasses	628.601	3.430.337
Outras obrigações diversas	957	5.222
Total de passivos	1.200.922	6.553.546

(1) Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos para reais - R\$, com base na cotação desta moeda de R\$/US\$5,4571 divulgada pelo BACEN, para 30 de junho de 2025.

Em 30 de junho de 2025, foi reconhecido no resultado do Banco, receita de variação cambial no montante de R\$44.002 sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.

14 - PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

a) Controladas diretamente

Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor do Investimento Ajustado	Resultado de Equivalência
					30/06/2025		
Daycoval Leasing ⁽¹⁾	1.023.153	643.781	5.780.078.463	100,00	117.859	1.020.277	117.859
Daycoval SAM	51.235	50.000	50.000.000	99,99	855	51.235	855
Dayprev ⁽²⁾	368.563	345.000	173.005.391	97,00	1.029	357.508	998
ACS ⁽³⁾	981.792	623.597	54.225.800	99,99	19.098	970.121	7.428
Daycoval CTVM	231.247	220.770	220.770.000	100,00	5.665	231.247	5.665
Daycoval Asset	108.777	1.554	14.255	99,99	10.121	108.777	10.121
Total						2.739.165	142.926

(1) O deságio na aquisição de outra instituição financeira, em 2015, está sendo amortizado integralmente por um período igual a dez anos, bem como o reconhecimento da obrigação fiscal diferida constituída às alíquotas vigentes à época da amortização. O saldo em 30 de junho de 2025 é de R\$2.876.

(2) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de março de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Dayprev, no montante de R\$150 milhões, sendo R\$145,5 milhões com recursos do Banco Daycoval S.A. (controlador) e R\$4,5 milhões de acionistas não controladores. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Dayprev, no montante de R\$20 milhões com recursos dos acionistas, em processo de homologação pela SUSEP.

(3) O resultado de equivalência patrimonial entre o Banco e a controlada ACS, contempla ajuste de R\$11.670 (líquido dos efeitos tributários) referente à receita de prestação de serviço por originação de crédito, reconhecida no resultado da ACS no momento da prestação do serviço, tendo o Banco como contraparte desta operação. Para o Banco, as despesas de originação de crédito são reconhecidas no resultado, em função do prazo da operação de crédito, considerando o conceito de Taxa Efetiva de Juros (TEJ).

b) Controladas indiretamente

Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor do Investimento Ajustado	Resultado de Equivalência
					30/06/2025		
IFP ⁽²⁾	349.449	360.020	360.020.000	99,99	6.225	349.448	6.225
SCC ⁽²⁾	17.487	10.020	10.020.000	99,99	483	17.486	483
Treetop ⁽¹⁾⁽²⁾	88.272	14.563	2.668.585	99,99	1.154	88.272	(10.583)
Daycoval Seguros ⁽³⁾⁽⁴⁾	316.826	304.750	200.491.438	97,00	(837)	316.826	(837)
Total						772.032	(4.712)

(1) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a) anterior, despesa de variação cambial no montante de R\$11.737 sobre o investimento na Treetop.

(2) Em 30 de junho de 2025, o resultado de equivalência patrimonial monta despesa de R\$3.875 que foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a.

(3) Em 30 de junho de 2025, o resultado de equivalência patrimonial monta despesa de R\$837 que foi reconhecido no resultado da Dayprev (controladora direta), mencionada no quadro 14.a.

(4) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 14 de março de 2025, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Daycoval Seguros, no montante de R\$250 milhões, totalmente subscrito e integralizado com recursos da Dayprev (controladora), em processo de homologação pela SUSEP.

O Daycoval possui participação de 0,59% na CIP S.A totalizando investimento no montante de R\$7.129.

15 - IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Composição do custo de aquisição e da depreciação acumulada

30/06/2025				
Banco				
	% de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aeronave	10%	192.325	(17.601)	174.724
Computadores e periféricos	20%	42.633	(32.400)	10.233
Instalações	10%	939	(791)	148
Móveis e equipamentos de uso	10%	27.360	(11.084)	16.276
Veículos	20%	4.473	(1.527)	2.946
Direito de uso	4%	907	(90)	817
Total		268.637	(63.493)	205.144

30/06/2025				
Consolidado				
	% de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Aeronave	10%	192.325	(17.601)	174.724
Computadores e periféricos	20%	45.744	(33.543)	12.201
Instalações	10%	5.039	(3.051)	1.988
Imóveis de uso	4%	2.961	(734)	2.227
Móveis e equipamentos de uso	10%	32.341	(14.528)	17.813
Veículos	20%	6.348	(2.246)	4.102
Direito de uso	4%	8.082	(5.922)	2.160
Total		292.840	(77.625)	215.215

b) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional

30/06/2025					
Consolidado					
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10%	338.465	(243.529)	(5.018)	89.918
Total		338.465	(243.529)	(5.018)	89.918

16 - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

a) Segregação das operações compromissadas por prazo (Banco e Consolidado)

	30/06/2025			
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Obrigações por operações compromissadas				
Avaliadas pelo seu custo amortizado	8.079.718	283.318	96.810	8.459.846
Carteira própria	4.190.186	283.318	96.810	4.570.314
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.443.828	-	-	3.443.828
Notas do Tesouro Nacional - NTN	558.260	-	-	558.260
Debêntures	179.277	-	-	179.277
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.621	-	-	2.621
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	6.200	-	-	6.200
Outros ⁽¹⁾	-	283.318	96.810	380.128
Carteira de terceiros	3.878.443	-	-	3.878.443
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	790.311	-	-	790.311
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.099.993	-	-	2.099.993
Notas do Tesouro Nacional - NTN	988.139	-	-	988.139
Carteira de livre movimentação	11.089	-	-	11.089
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.089	-	-	11.089
Total	8.079.718	283.318	96.810	8.459.846

(1) Refere-se a operação compromissada realizada pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.

b) Resumo dos instrumentos de captação

O quadro a seguir, apresenta o resumo dos instrumentos de captação utilizados pelo Daycoval:

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Avaliados pelo seu custo amortizado		
Depósitos	22.310.281	22.139.165
À vista	1.620.974	1.595.464
Interfinanceiros	316.389	316.389
A prazo	20.356.139	20.210.533
Outros depósitos	16.779	16.779
Emissões de títulos	30.786.090	30.200.535
Letras de crédito imobiliário	719.468	719.468
Letras de crédito do agronegócio	4.447.944	4.447.944
Letras financeiras	23.699.207	23.113.652
Emissões no exterior	1.919.471	1.919.471
Obrigações por empréstimos e repasses	8.681.128	8.681.128
Empréstimos no exterior	8.077.925	8.077.925
Repasses de instituições oficiais	603.203	603.203
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	1.355.890	1.355.890
Letras financeiras	1.355.890	1.355.890
Total	63.133.389	62.376.718

c) Segregação dos instrumentos de captação por prazo

	30/06/2025					
	Banco					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos	4.583.273	5.509.077	9.623.359	2.474.606	119.966	22.310.281
À vista	1.620.974	-	-	-	-	1.620.974
Interfinanceiros	277.166	39.223	-	-	-	316.389
A prazo	2.668.354	5.469.854	9.623.359	2.474.606	119.966	20.356.139
Outros depósitos	16.779	-	-	-	-	16.779
Emissões de títulos	3.954.213	8.267.208	14.747.008	2.935.670	881.991	30.786.090
Letras de crédito imobiliário	54.520	369.379	285.534	10.035	-	719.468
Letras de crédito do agronegócio	522.897	1.428.810	2.477.780	18.457	-	4.447.944
Letras Financeiras ⁽⁴⁾	1.652.953	6.284.187	11.972.898	2.907.178	881.991	23.699.207
Emissões no exterior ⁽³⁾	1.723.843	184.832	10.796	-	-	1.919.471
Obrigações por empréstimos e repasses	1.230.050	3.339.580	3.714.448	379.706	17.344	8.681.128
Empréstimos no exterior	1.169.843	3.171.537	3.418.214	318.331	-	8.077.925
Obrigações em moedas estrangeiras ⁽¹⁾	342.800	1.397.883	54.571	-	-	1.795.254
Obrigações por empréstimos no exterior ⁽²⁾	827.043	1.773.654	3.363.643	318.331	-	6.282.671
Repasses de instituições oficiais	60.207	168.043	296.234	61.375	17.344	603.203
BNDES	1.350	3.290	5.448	656	-	10.744
FINAME	58.857	164.753	290.786	60.719	17.344	592.459
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	-	-	-	-	1.355.890	1,355,890
Letras financeiras	-	-	-	-	1.355.890	1,355,890
Total	9.767.536	17.115.865	28.084.815	5.789.982	2.375.191	63.133.389

	30/06/2025					
	Consolidado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos	4.555.761	5.508.558	9.623.197	2.331.683	119.966	22.139.165
À vista	1.595.464	-	-	-	-	1.595.464
Interfinanceiros	277.166	39.223	-	-	-	316.389
A prazo	2.666.352	5.469.335	9.623.197	2.331.683	119.966	20.210.533
Outros depósitos	16.779	-	-	-	-	16.779
Emissões de títulos	3.938.998	8.267.208	14.232.167	2.915.484	846.678	30.200.535
Letras de crédito imobiliário	54.520	369.379	285.534	10.035	-	719.468
Letras de crédito do agronegócio	522.897	1.428.810	2.477.780	18.457	-	4.447.944
Letras Financeiras ⁽⁴⁾	1.637.738	6.284.187	11.458.057	2.886.992	846.678	23.113.652
Emissões no exterior ⁽³⁾	1.723.843	184.832	10.796	-	-	1.919.471
Obrigações por empréstimos e repasses	1.230.050	3.339.580	3.714.448	379.706	17.344	8.681.128
Empréstimos no exterior	1.169.843	3.171.537	3.418.214	318.331	-	8.077.925
Obrigações em moedas estrangeiras ⁽¹⁾	342.800	1.397.883	54.571	-	-	1.795.254
Obrigações por empréstimos no exterior ⁽²⁾	827.043	1.773.654	3.363.643	318.331	-	6.282.671
Repasses de instituições oficiais	60.207	168.043	296.234	61.375	17.344	603.203
BNDÉS	1.350	3.290	5.448	656	-	10.744
FINAME	58.857	164.753	290.786	60.719	17.344	592.459
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	-	-	-	-	1.355.890	1.355.890
Letras financeiras	-	-	-	-	1.355.890	1.355.890
Total	9.724.809	17.115.346	27.569.812	5.626.873	2.339.878	62.376.718

(1) O saldo de "Obrigações em moedas estrangeiras", refere-se às captações para operações comerciais de câmbio, relativas a financiamentos à exportação e importação.

(2) Em 30 de junho de 2025, incluí operações de empréstimos no exterior, no montante de US\$696,7 milhões, objeto de hedge contábil de risco de mercado (Nota 8), cujo valor contábil e valor justo montam, respectivamente, R\$3.774.274 e R\$3.779.025.

(3) Em 26 de junho de 2025, houve a emissão de Credit Linked Note no montante de R\$1,6 bilhão, com vencimento em 07 de agosto de 2025.

(4) Em 26 de junho de 2025, o Daycoval concluiu a sua décima quinta emissão de Letras Financeiras, no montante de R\$2 bilhões. As Letras Financeiras foram emitidas em três séries, sendo a primeira no valor de R\$500 milhões, com vencimento em 2 anos; a segunda de R\$800 milhões, com vencimento em 3 anos; e a terceira de R\$700 milhões, com vencimento em 4 anos.

Financial covenants

Não houve descumprimento das cláusulas de covenants atrelados aos contratos de empréstimos com o International Finance Corporation - IFC nem com a Agence Française de Développement - AFD PROPARCO, reconhecidos na rubrica de "Obrigações por empréstimos", que poderiam acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições.

d) Dívidas subordinadas (Banco e Consolidado)

	Nível de Capital	Instrumento de captação	30/06/2025				
			Datas de emissão	Datas de vencimento	Valor da emissão	% do Indexador	Data de autorização do BACEN ⁽¹⁾
	Complementar - Nível I	Letra financeira	15/10/2021	Perpétuo	500.000	140% CDI	15/10/2021
	Complementar - Nível I	Letra financeira	11/02/2021	Perpétuo	163.875	150% CDI	05/03/2021
	Complementar - Nível I	Letra financeira	15/04/2020	Perpétuo	240.000	150% CDI	10/06/2020
	Complementar - Nível I	Letra financeira	19/02/2020	Perpétuo	50.000	135% CDI	15/04/2020
	Complementar - Nível I	Letra financeira	24/03/2025	Perpétuo	300.300	130% CDI	24/03/2020

(1) As captações foram autorizadas pelo BACEN a compor o Patrimônio de Referência do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21.

17 - OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Sociais e estatutárias**

	30/06/2025	
	Circulante	
	Banco	Consolidado
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio a pagar	129.691	129.691
Programa de participação nos resultados	126.533	127.484
Total	256.224	257.175

b) Diversas

	30/06/2025			
	Banco		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Credores por recursos a liberar	18.499	-	18.499	-
Valores a pagar a sociedade ligada	1.695	-	-	-
Valores a devolver a clientes	16.621	-	16.621	-
Provisão para pagamentos a efetuar				
Despesas de pessoal	73.417	41.604	95.175	43.436
Fornecedores	47.277	-	55.074	-
Comissões a pagar por intermediação de operações	33.555	-	33.555	-
Provisão para pagamentos diversos	11.953	-	13.155	-
Títulos descontados recebidos parcialmente	1.230	-	1.230	-
Cobranças a liberar	5.203	-	5.203	-
Rendas de títulos recebíveis	44.437	-	44.437	-
Comissões de fianças	81.310	-	81.310	-
Descontos vinculados às operações de arrendamento mercantil	-	-	68	-
Deságio da aquisição do Daycoval Leasing	-	-	2.876	-
Obrigações por devolução de tarifas	36	-	36	-
Receitas a apropriar	47.366	-	47.366	-
Valores a pagar em moeda estrangeira	342.996	-	342.996	-
Outros credores diversos ⁽¹⁾	170.186	-	204.349	-
Total	895.781	41.604	961.950	43.436

(1) O saldo é composto, substancialmente, por: (i) repasses ao FGI no montante de R\$74.206 para Banco e Consolidado.

18 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

O Daycoval e suas controladas, não possuem ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2025.

b) Provisões para processos judiciais e obrigações legais

O Daycoval é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.k). A Administração do Daycoval entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

Os saldos de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas constituídos e as respectivas movimentações em 30 de junho de 2025, estão apresentados a seguir:

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Obrigações legais - Riscos fiscais	1.314.281	1.320.368
Processos cíveis	240.150	241.304
Processos trabalhistas	55.328	65.717
Total	1.609.759	1.627.389

Riscos	30/06/2025					
	Banco			Consolidado		
	Saldo inicial	Constituição (reversão) ⁽¹⁾	Saldo final	Saldo inicial	Constituição (reversão) ⁽¹⁾	Saldo final
Fiscais	1.272.434	41.847	1.314.281	1.294.383	25.985	1.320.368
Cíveis	210.529	29.621	240.150	211.685	29.619	241.304
Trabalhistas	41.516	13.812	55.328	54.062	11.655	65.717
Total	1.524.479	85.280	1.609.759	1.560.130	67.259	1.627.389

⁽¹⁾ Inclui atualização monetária e pagamentos.

c) Valores depositados em garantias para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Fiscais	979.875	983.977
Cíveis ⁽¹⁾	74.342	246.292
Trabalhistas	19.020	24.038
Outros	-	88
Total	1.073.237	1.254.395

⁽¹⁾ Inclui depósitos judiciais da Daycoval Seguros S.A. no montante de R\$171.944.

d) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns impostos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados:

IRPJ

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço e dedução de incentivos fiscais (FINAM), sendo o valor provisionado de R\$7.507. O total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R\$7.507.

CSLL

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço e a majoração da alíquota de 15% para 20%, determinada pela Lei nº 13.169/15. O valor provisionado monta R\$195.468 e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$195.468.

COFINS

Questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98. O valor provisionado monta R\$917.245 e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$629.114.

PIS

Questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97. O valor provisionado monta R\$130.087 e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$129.979.

A provisão para outras obrigações legais monta R\$63.974 e o total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R\$17.807.

e) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir:

Processos de Execução fiscal de ISS dos municípios de Cascavel-PR e Uberlândia-MG, no montante atualizado de R\$437, classificado como perda remota, onde é pretendido pelos municípios receber o ISS relativo às operações de arrendamento mercantil celebrado com clientes domiciliados nestes.

Processo nº 1502399-83.2021.8.26.0068 o município de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R\$6.623, valor referente a diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser o legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. Após o STF reconhecer na ADPF 189 a inconstitucionalidade da legislação do Município de Barueri, o processo foi encerrado e baixado contabilmente com saldo atualizado de 16.714.

O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 30 de junho de 2025, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações montam R\$6.087, que provisionamos como contingências fiscais.

f) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista.

As ações cíveis, em 30 de junho de 2025, montam o risco aproximado de R\$44.643 para o Banco e R\$44.663. para o Consolidado.

Em 30 de junho de 2025, as ações trabalhistas montam R\$571 para o Banco e Consolidado.

Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco ou das empresas integrantes do Consolidado.

19 - TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras	20,00%
Contribuição social - instituições não-financeiras	9,00%
PIS ⁽¹⁾	0,65%
COFINS ⁽¹⁾	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) As controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativa ficam sujeitas às alíquotas do PIS e da COFINS, respectivamente, de 1,65% e 7,6% sobre as receitas operacionais e 0,65% e 4% sobre suas receitas financeiras. Para as não financeiras sujeitas ao Lucro Presumido, as alíquotas de PIS e da COFINS são 0,65% e 3%.

a) Despesas com impostos e contribuições

i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Impostos correntes		
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	1.148.187	1.263.265
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes	(516.684)	(568.469)
Adições e exclusões permanentes		
Participações em controladas	64.317	-
Juros sobre capital próprio	131.194	131.194
Resultado de despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	18.249	19.211
Outros valores	22.458	22.520
Imposto de Renda e Contribuição Social	(280.466)	(395.544)
Imposto corrente	(490.278)	(522.088)
Imposto diferido	209.812	126.544

ii. Despesas tributárias

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Contribuições ao COFINS	(131.202)	(149.597)
Contribuições ao PIS / PASEP	(21.320)	(24.570)
ISS	(13.082)	(31.559)
Outras despesas tributárias	(19.496)	(20.242)
Total	(185.100)	(225.968)

b) Ativos e obrigações fiscais

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Ativos fiscais		
Correntes	202.626	353.021
Impostos e contribuições a compensar	202.626	353.002
Imposto de renda a recuperar	-	19
Diferidos	1.900.269	1.989.604
Créditos tributários (nota 19.d)	1.900.269	1.989.604
Total	2.102.895	2.342.625
Obrigações fiscais		
Correntes	584.186	646.318
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	266.166	285.667
Provisão para contribuição social sobre o lucro	224.112	234.391
Impostos e contribuições a recolher	93.908	126.260
Diferidos	285.941	859.100
Obrigações fiscais (nota 19.d)	285.941	859.100
Total	870.127	1.505.418

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo)

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Em 30 de junho de 2025, o Banco e as empresas integrantes de seu Consolidado, não possuem créditos tributários não ativados.

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	30/06/2025					
	Banco			Consolidado		
	01/01/2025	Constituição (Realização)	30/06/2025	01/01/2025	Constituição (Realização)	30/06/2025
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	185.652	(25.483)	160.169	195.866	(32.621)	163.245
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.185.223	(4.998)	1.180.225	1.218.329	(5.899)	1.212.430
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	252.458	(216.518)	35.940	274.659	(233.830)	40.829
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	302.466	44.315	346.781	302.466	44.315	346.781
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	91.120	86.034	177.154	114.300	112.019	226.319
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.016.919	(116.650)	1.900.269	2.105.620	(116.016)	1.989.604
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	355.189	(315.812)	39.377	387.009	(334.986)	52.023
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre a superveniência de depreciação	-	-	-	497.163	63.220	560.383
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	28.275	1.553	29.828	28.275	1.553	29.828
Atualização monetária de depósitos judiciais	202.900	13.836	216.736	202.951	13.915	216.866
Outras exclusões temporárias	-	-	-	-	-	-
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	586.364	(300.423)	285.941	1.115.398	(256.298)	859.100

e) Previsão de realização e valor presente dos créditos tributários

	Banco			Consolidado		
	30/06/2025			30/06/2025		
	Diferenças temporárias			Diferenças temporárias		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Até 1 ano	144.111	115.289	259.400	150.659	119.976	270.635
Até 2 anos	254.653	203.722	458.375	259.323	206.907	466.230
Até 3 anos	65.506	52.405	117.911	68.922	54.587	123.509
Até 4 anos	52.835	42.268	95.103	56.577	44.572	101.149
Até 5 anos	44.941	35.953	80.894	59.649	56.400	116.049
Acima de 5 anos	497.648	390.938	888.586	510.595	401.437	912.032
Total	1.059.694	840.575	1.900.269	1.105.725	883.879	1.989.604

Em 30 de junho de 2025, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$1.472.341 para o Banco e de R\$1.539.295 para o Consolidado, e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Banco e do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

20 - PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS (Consolidado)

a) Provisões técnicas de seguros e resseguros:

	30/06/2025				Total
	PPNG	PSL	IBNR	PDR	
Compreensivo empresarial	27.474	14.332	7.696	614	50.116
Riscos de engenharia	9.597	14.324	4.330	785	29.036
Responsabilidade de adm. e dir. - D&O	130	81	-	4	215
Responsabilidade civil profissional - E&O	7.705	1.015	-	139	8.859
Fiança locatícia	2.628	26	-	-	2.654
Garantia Segurado - Setor Público	459.648	164.369	7.756	609	632.382
Garantia Segurado - Setor Privado	62.258	6.421	2.475	969	72.123
Total	569.440	200.568	22.257	3.120	795.385

b) Movimentação das provisões técnicas de seguros e resseguros:

	Constituição/ (Reversão)		30/06/2025
	31/12/2024		
Prêmios não ganhos	557.821	11.619	569.440
Sinistros ocorridos mas não avisados	14.294	7.963	22.257
Sinistro a liquidar	173.742	26.826	200.568
Provisão despesa relacionada	1.875	1.245	3.120
Total	747.732	47.653	795.385

c) Garantia das provisões técnicas:

	30/06/2025
Provisões técnicas	795.385
Direito creditório	(199.584)
Custo de aquisição diferidos redutores de PPNG	(81.373)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(116.256)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(179.919)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(8.226)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(1.316)
Depósitos judiciais redutores	(1.600)
Total a ser coberto (a)	207.111
Ativos vinculados SUSEP (b)	478.842
Ativos líquidos (a-b)	(271.731)

21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2025, o capital social do Banco monta R\$3.557.260, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.890.672.918 ações nominativas, composto por 1.323.471.042 ações ordinárias e 567.201.876 ações preferenciais.

b) Composição e movimentação do capital social em ações

	30/06/2025
Ações ordinárias	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876
Total de ações	1.890.672.918

Não houve movimentação de quantidade de ações durante o semestre findo em 30 de junho de 2025.

c) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

i. Demonstração do cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios:

	30/06/2025	% ⁽¹⁾
Lucro líquido	867.721	
(-) Constituição de reserva legal	(43.386)	
Lucro líquido ajustado	824.335	
Valor dos juros sobre o capital próprio	291.542	
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(43.732)	
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios	247.810	30,06

(1) Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre o lucro líquido ajustado.

ii. Juros sobre o capital próprio declarados e/ou pagos:

Foram declarados e/ou pagos juros sobre o capital próprio ("JCP") que, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício a findar-se em de 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Data da RCA	Data da disponibilização	Valor por ação		Valor bruto	IRRF	Valor líquido
		ON	PN			
31/03/2025	15/04/2025	0,07350	0,07350	138.964	(20.845)	118.119
30/06/2025	30/06/2025	0,08070	0,08070	152.578	(22.887)	129.691
			Total	291.542	(43.732)	247.810

d) Reserva de lucros

	30/06/2025
Reserva legal ⁽¹⁾	367.933
Reservas estatutárias ⁽²⁾	3.189.490
Total	3.557.423

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(2) Reserva constituída conforme disposição estatutária.

e) Lucro líquido por ação (Controlador)

	30/06/2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	867.721
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações	
Ações ordinárias	607.405
Ações preferenciais	260.316
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social ⁽¹⁾	
Ações ordinárias	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876
Lucro líquido por ação - Básico	
Ações ordinárias	0,4589
Ações preferenciais	0,4589
Lucro líquido por ação - Diluído	
Ações ordinárias	0,4589
Ações preferenciais	0,4589

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida em 30 de junho de 2025 e, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN n°4.818/20.

22 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

a) Carteira de crédito

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Operações de crédito	3.239.172	3.273.320
Adiantamento a depositantes	2.493	2.493
Conta-garantida / cheque especial	353.605	353.605
Títulos descontados	(86.785)	(86.785)
Capital de giro	505.513	508.604
Cédula de crédito de exportação - CCE	18.022	18.022
Repasse – BNDES	751	751
Repasse – FINAME	49.793	49.793
Crédito rural	37.760	37.760
Empréstimos de ações	251	251
Financiamento com interveniência	776	776
Financiamento em moeda estrangeira	(226.769)	(226.769)
FGI PEAC	151.323	151.323
FGO Pronampe	206	206
Crédito consignado	1.506.111	1.506.111
Empréstimos com garantias de imóveis	33.735	33.735
Ajuste a valor justo de crédito consignado	357.987	357.987
Financiamento de veículos	419.667	419.667
Ajuste a valor justo de financiamento de veículos	56.444	56.444
Financiamento de imóveis	3.682	3.682
Outras operações de crédito	54.607	85.664
Resultado de operações de arrendamento mercantil	-	338.422
Receitas de arrendamento mercantil	-	1.128.144
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	-	996.920
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	-	54.135
Ajuste a valor justo de arrendamento mercantil - objeto de hedge	-	38.600
Lucro na alienação de bens arrendados	-	38.489
Despesas de arrendamento mercantil	-	(789.722)
Arrendamento mercantil financeiro – recursos internos	-	(754.023)
Arrendamento mercantil operacional – recursos internos	-	(1.374)
Depreciação de bens arrendados	-	(34.325)
Outros créditos com características de concessão de crédito	1.130.048	1.131.061
ACC / ACE	38.927	38.927
Rendas de aquisição de recebíveis sem direito de regresso	761.077	762.090
Títulos com característica de crédito	330.044	330.044
Recuperações de operações de crédito e de arrendamento mercantil	108.867	109.269
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.g.ii)	108.867	108.867
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 9.g.ii) - Arrendamento mercantil	-	402
Total	4.478.087	4.852.072

b) Operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Títulos e valores mobiliários		
Títulos de renda fixa	1.037.353	1.088.680
Títulos de renda variável	-	706
Aplicações em cotas de fundos de investimento	20.513	38.236
Resultado na alienação de títulos e valores mobiliários	30.777	30.778
Ajuste a valor justo	33.283	38.761
Aplicações no exterior	5.865	5.865
Total	1.127.791	1.203.026
Instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos		
Swap	281.888	238.847
Termo ("NDF")	620.560	620.560
Futuro	1.079.607	1.085.521
Opções	87.539	87.539
Câmbio - Compra	480.028	480.029
Perdas		
Swap	(995.875)	(982.292)
Termo ("NDF")	(942.546)	(942.546)
Futuro	(972.692)	(980.595)
Opções	(103.060)	(103.060)
Câmbio - Venda	(424.524)	(405.072)
Total ⁽¹⁾	(889.075)	(901.069)
Total	238.716	301.957

(1) Em 30 de junho de 2025, o resultado com instrumentos financeiros derivativos, inclui ganhos líquidos a valor justo no montante de R\$85.415 para o Banco e R\$42.890 para o Consolidado.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Operações compromissadas ativas	306.439	306.992
Posição bancada	94.522	95.075
Posição financiada	211.878	211.878
Posição vendida	39	39
Operações compromissadas passivas	(533.457)	(533.469)
Carteira própria	(321.732)	(321.744)
Carteira de terceiros	(211.725)	(211.725)
Resultado de operações compromissadas	(227.018)	(226.477)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	234.738	80.033
Pré-fixados	75.651	75.651
Pós-fixados	159.087	4.382
Total	7.720	(146.444)

d) Operações de câmbio

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Rendas de operações de câmbio	45.655	45.655
Despesas de operações de câmbio	(883)	(883)
Variações cambiais	(158.503)	(158.502)
Total	(113.731)	(113.730)

DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

e) Depósitos interfinanceiros e a prazo e emissões de títulos no Brasil e no exterior

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Depósitos interfinanceiros	(29.682)	(29.682)
Pré-fixados	(392)	(392)
Pós-fixados	(29.290)	(29.290)
Depósitos a prazo	(1.197.576)	(1.187.786)
Pré-fixados	(78.798)	(78.798)
Pós-fixados	(1.141.144)	(1.131.354)
Variação cambial	38.254	38.254
Despesas de contribuição ao FGC	(15.888)	(15.888)
Total	(1.227.258)	(1.217.468)
Emissões no Brasil		
Letras de crédito imobiliário	(44.477)	(44.477)
Pré-fixados	(9.529)	(9.529)
Pós-fixados	(34.948)	(34.948)
Letras de crédito do agronegócio	(247.213)	(247.213)
Pré-fixados	(102.478)	(102.478)
Pós-fixados	(144.735)	(144.735)
Letras financeiras	(1.588.853)	(1.551.822)
Pré-fixados	(109.805)	(109.805)
Pós-fixados	(1.479.048)	(1.442.017)
Total	(1.880.543)	(1.843.512)
Emissões no exterior		
Encargos	(22.599)	(22.599)
Variação cambial	367.099	367.099
Ajuste a valor justo de emissões - objeto de <i>hedge</i>	(1.033)	(1.033)
Total	343.467	343.467

f) Obrigações por empréstimos e repasses

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Empréstimos no exterior	674.406	674.406
Encargos	(217.240)	(217.240)
Variação cambial	894.285	894.285
Ajuste a valor justo de empréstimos objeto de <i>hedge</i>	(2.639)	(2.639)
Obrigações com bancos no exterior	1.186	1.186
Encargos	(33.024)	(33.024)
Variação cambial	34.210	34.210
Operações de repasses - instituições oficiais	(45.403)	(45.403)
BNDES	(464)	(464)
FINAME	(37.607)	(37.607)
Outras Instituições	(7.332)	(7.332)
Total	630.189	630.189

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

g) Receitas de prestação de serviços

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Tarifas bancárias	111.511	111.511
Rendas de garantias financeiras prestadas	47.070	47.070
Administração de recursos ⁽¹⁾	64.791	80.695
Outros serviços	75.759	79.356
Total	299.131	318.632

(1) Inclui as rendas de serviços de administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de fundos e clubes de investimento.

h) Despesas de pessoal

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Honorários da diretoria e Conselho de Administração	(53.015)	(56.640)
Benefícios	(70.913)	(87.845)
Encargos sociais	(80.950)	(98.765)
Proventos	(224.554)	(283.086)
Treinamento	(628)	(734)
Remuneração de estagiários	(1.082)	(1.149)
Total	(431.142)	(528.219)

i) Outras despesas administrativas

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Despesas de água, energia e gás	(2.136)	(2.753)
Despesas de aluguéis	(14.333)	(15.763)
Despesas de seguros	(2.844)	(2.856)
Despesas de comunicações	(5.730)	(6.986)
Despesas de contribuições filantrópicas	(24.100)	(29.557)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(5.784)	(8.367)
Despesas com materiais	(387)	(665)
Despesas de processamento de dados	(114.260)	(125.327)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(11.908)	(12.620)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados ⁽¹⁾	(210.718)	(192.668)
Despesas de Transporte	(15.413)	(16.710)
Outras despesas administrativas	(54.280)	(57.981)
Total	(461.893)	(472.253)

(1) Inclui o reconhecimento das despesas de comissão pagas antecipadamente a terceiros, por originação de operações de crédito.

j) Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Variação cambial ⁽¹⁾	11.294	12.357
Atualização de depósitos judiciais	34.372	34.738
Outras receitas operacionais	165.289	170.916
Total	210.955	218.011
Variação cambial ⁽¹⁾	(66.539)	(79.339)
Outras despesas operacionais ⁽²⁾	(98.432)	(100.536)
Despesas com juros	(1.351)	(1.351)
Total	(166.322)	(181.226)
Total	44.633	36.785

(1) Refere-se à reclassificação da variação cambial sobre investimentos no exterior, não eliminadas no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis.

(2) As outras despesas operacionais para o semestre findo em 30 junho de 2025, estão compostas, substancialmente, da seguinte forma: (i) descontos e ressarcimentos em operações de crédito - R\$30.833 para o Banco e para o Consolidado; e (ii) liquidação de processos judiciais - R\$28.082 para o Banco e para o Consolidado.

k) Resultado não recorrente regulatório

	30/06/2025	
	Banco	Consolidado
Lucro líquido do período	867.721	867.721
Resultado não recorrente regulatório⁽¹⁾		
Amortização do deságio na aquisição de outra instituição financeira	(1.898)	(1.898)
Lucro alienação de bens ⁽²⁾	639	639
Lucro líquido recorrente regulatório	866.462	866.462

(1) O resultado não recorrente regulatório está apresentado líquido dos efeitos fiscais.

(2) O saldo do lucro alienação de bens está reconhecido na rubrica de "Resultado não Operacional" nas Demonstrações do Resultado.

23 - PARTES RELACIONADAS

- a) As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Banco, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações, e estão apresentadas em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.693/18 e 4.818/20.

O quadro a seguir apresenta o saldo das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas:

Transações	Banco	
	Ativo (passivo) 30/06/2025	Receita (despesa) 30/06/2025
Operações com derivativos	(45.683)	29.378
Controladas diretas	(45.789)	29.459
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	(45.789)	29.459
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	106	(81)
Depósitos interfinanceiros	2.356.816	154.705
Controladas diretas	2.356.816	154.705
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	2.356.816	154.705
Operações de crédito ⁽¹⁾	60.109	1.354
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	840	35
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	59.269	1.319
Depósitos à vista	(30.876)	-
Controladas diretas	(8.485)	-
ACS Participações Ltda.	(62)	-
Daycoval Asset Management Ltda.	(45)	-
Daycoval Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(219)	-
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	(8.134)	-
Daycoval Leasing - Soc. De Arrendamento Mercantil S.A.	(23)	-
Dayprev Vida e Previdência S.A.	(1)	-
Daycoval Tesouraria FIF em Infraestrutura RF Crédito Privado de Resp Limitada	(1)	-
Controladas indiretas	(17.026)	-
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(4.173)	-
SCC Agência de Turismo Ltda.	(19)	-
Treetop Investments Ltd.	(12.792)	-
Daycoval Seguros S.A.	(42)	-
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	(1.419)	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(3.946)	-
Depósitos a prazo	(423.193)	(40.114)
Controladas diretas	(46.987)	(12.831)
ACS Participações Ltda.	(46.468)	(3.112)
Daycoval Asset Management Ltda.	(519)	(9.719)
Controladas indiretas	(98.619)	(6.607)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(96.456)	(6.462)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(2.163)	(145)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	(114.060)	(2.922)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(163.527)	(17.754)
Letras financeiras	(1.587.166)	(109.329)
Controladas diretas	(320.360)	(20.128)
ACS Participações Ltda.	(320.360)	(20.128)
Controladas indiretas	(265.195)	(16.903)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(249.981)	(16.263)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(15.214)	(640)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	(35.783)	(5)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(965.828)	(72.293)
Letras financeiras subordinadas perpétuas	(1.355.890)	(105.727)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	(713.326)	(55.622)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(642.564)	(50.105)
Letras de crédito do agronegócio	(89.570)	(5.528)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(89.570)	(5.528)
Letras de crédito imobiliário	(39.431)	(103)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(39.431)	(103)
Comissões	(1.633)	(57.451)
Controladas indiretas	(1.633)	(57.451)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(1.633)	(57.451)

(1) O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da publicação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) da Resolução CMN nº 4.693/18, disciplinou as condições e os limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, definindo o conceito de participação qualificada como a participação, direta ou indireta, em outra sociedade, equivalente ou superior a 15% (quinze por cento) das ações ou quotas representativas.

A Resolução também estabeleceu que o somatório dos saldos das operações de crédito contratadas com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido ajustado (PLA), observados os limites individuais de 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica, conforme previsto no artigo 7º da Resolução. Esses limites devem ser apurados na data da concessão da operação de crédito.

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 30 de junho de 2025, quais sejam:

Transações	Taxa de remuneração ⁽¹⁾	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total Ativo (Passivo)
Operações com derivativos		(2.321)	(13.995)	(30.324)	1.253	(296)	(45.683)
Controladas diretas		(2.327)	(14.095)	(30.324)	1.253	(296)	(45.789)
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	CDI x Pré	(2.327)	(14.095)	(30.324)	1.253	(296)	(45.789)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		6	100	-	-	-	106
Depósitos interfinanceiros		706.794	890.253	664.306	79.961	15.502	2.356.816
Controladas diretas		706.794	890.253	664.306	79.961	15.502	2.356.816
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	Pós	706.794	890.253	664.306	79.961	15.502	2.356.816
Operações de crédito		26.053	30.100	3.908	22	26	60.109
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pós	573	121	98	22	26	840
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	Pós	25.480	29.979	3.810	-	-	59.269
Depósitos a prazo		(8.602)	(47.839)	(89.464)	(276.913)	(375)	(423.193)
Controladas diretas		-	(519)	-	(46.468)	-	(46.987)
ACS Participações Ltda.	Pós	-	-	-	(46.468)	-	(46.468)
Daycoval Asset Management Ltda.	Pós	-	(519)	-	-	-	(519)
Controladas indiretas		(2.002)	-	(161)	(96.456)	-	(98.619)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	-	(96.456)	-	(96.456)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	(2.002)	-	(161)	-	-	(2.163)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		(6.127)	(44.144)	(36.992)	(26.422)	(375)	(114.060)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pós	(473)	(3.176)	(52.311)	(107.567)	-	(163.527)
Letras financeiras		(174.494)	(203.140)	(914.876)	(225.909)	(68.747)	(1.587.166)
Controladas diretas		-	-	(264.861)	(20.186)	(35.313)	(320.360)
ACS Participações Ltda.	Pré / Pós	-	-	(264.861)	(20.186)	(35.313)	(320.360)
Controladas indiretas		(15.214)	-	(249.981)	-	-	(265.195)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	(249.981)	-	-	(249.981)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	(15.214)	-	-	-	-	(15.214)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		-	-	(183)	(35.600)	-	(35.783)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		(159.280)	(203.140)	(399.851)	(170.123)	(33.434)	(965.828)
Letras financeiras subordinadas perpétuas		-	-	-	-	(1.355.890)	(1.355.890)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	Pós	-	-	-	-	(713.326)	(713.326)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pós	-	-	-	-	(642.564)	(642.564)
Letras de crédito do agronegócio		(15.593)	(16.359)	(56.614)	(1.004)	-	(89.570)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(15.593)	(16.359)	(56.614)	(1.004)	-	(89.570)
Letras de crédito imobiliário		(9.082)	(10.587)	(12.154)	(7.608)	-	(39.431)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(9.082)	(10.587)	(12.154)	(7.608)	-	(39.431)

(1) As taxas de remuneração variam de: (i) Prefixadas de 0,90% a 16,50% a.a.; e (ii) Pós-fixadas de 94% a 121% do CDI.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração do Banco

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, o montante global de remuneração para o Banco de até R\$125 milhões.

	30/06/2025
	Banco
Remuneração (pró-labore)	53.015
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	908
Total de remuneração	53.923

O Banco não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

d) Participação acionária

A totalidade das ações ordinárias e preferenciais são detidas pelos administradores, conforme apresentado a seguir:

	30/06/2025
Ações ordinárias (ON)	100,00%
Ações preferenciais (PN)	100,00%

24 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo

O Daycoval utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

Classificação contábil	30/06/2025	
	Banco	
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:		
Por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários		
Títulos privados	144.165	289.386
Títulos públicos federais	11.969.950	-
Cotas de fundos de investimento	673.401	-
Título públicos de outros países	234.123	-
Ações		
Ações	881	-
Derivativos		
Operações de swap, termo e opções	-	189.827
Mercado futuro	76.055	-
Operações de crédito		
Financiamento de veículos (objeto de <i>hedge</i> contábil)	-	2.729.432
Empréstimos consignados (objeto de <i>hedge</i> contábil)	-	7.219.915
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:		
Por meio do resultado		
Obrigações por empréstimos		
Empréstimos no exterior	-	3.779.025
Derivativos		
Operações de swap, termo e opções	-	2.229.921
Mercado futuro	86.098	-

Classificação contábil	30/06/2025	
	Consolidado	
	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:		
Por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários		
Títulos privados	186.860	291.289
Títulos públicos federais	12.750.228	-
Cotas de fundos de investimento	892.326	-
Título públicos de outros países	234.123	-
Títulos privados no Exterior	81.618	-
Ações		
Ações	881	-
Derivativos		
Operações de swap, termo e opções	-	182.668
Mercado futuro	76.181	-
Operações de crédito e de arrendamento mercantil (objeto de hedge)		
Empréstimos consignados (objeto de <i>hedge</i> contábil)	-	7.219.915
Arrendamento Mercantil (objeto de <i>hedge</i> contábil)	-	1.355.308
Financiamento de veículos (objeto de <i>hedge</i> contábil)	-	2.729.432
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:		
Por meio do resultado		
Obrigações por empréstimos		
Empréstimos no exterior	-	3.779.025
Derivativos		
Operações de swap, termo e opções	-	2.176.975
Mercado futuro	86.554	-

Em 30 de junho de 2025, o Daycoval não possuía nenhum instrumento financeiro classificado na categoria Nível 3.

b) Método de apuração do valor justo

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, considera técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Títulos e valores mobiliários

Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionam tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida de empresas, quando não disponíveis no mercado ativo, são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento são disponibilizados por seus respectivos administradores.

Derivativos

- **Swaps:** os fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de juros ou outros indexadores que refletem os fatores de risco, com base nos preços de derivativos cotados na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de juros são utilizadas para se obter o valor justo de *swaps*.
- **Futuros e Termo ("NDF"):** cotações em bolsas ou com base nos mesmos critérios de avaliação a valor justo dos contratos de *swaps*.
- **Opções:** apurados com base em modelos matemáticos, utilizando-se de dados de mercado como volatilidade implícita, curva de juros e o valor justo do ativo objeto.

Operações de crédito, emissões no exterior e obrigações por empréstimos

São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

Classificação contábil	30/06/2025	
	Banco	
	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.410.968	7.462.917
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	43.320.015	42.874.795
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais	950.160	929.607
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	1.971.457	1.905.198
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:		
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	52.814.508	50.613.768
Obrigações por empréstimos e repasses	4.902.103	5.490.732

Classificação contábil	30/06/2025	
	Consolidado	
	Custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.066.500	5.073.073
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	43.691.003	43.267.938
Operações de arrendamento mercantil	2.103.673	2.187.441
Títulos e valores mobiliários - Títulos públicos federais	950.160	929.607
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	1.971.457	1.905.198
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:		
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	52.083.347	49.882.608
Obrigações por empréstimos e repasses	4.902.103	5.490.732

Os instrumentos financeiros avaliados pelo custo amortizado, para fins de avaliação de seu potencial valor justo, foram classificados em instrumentos de "Nível 2" e para esta avaliação foram considerados preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

25 - GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Daycoval entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor às entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, acionistas, colaboradores e clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. A área de GRC - Governança, Riscos e Compliance, subordinada à Alta Administração, desempenha papel institucional atuando sobre o aperfeiçoamento dos processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental e climático e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações, de forma integrada.

O Daycoval, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para disseminar atitudes que estimulem a formação de uma cultura orientada para gerenciá-los. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento, de retorno de investimentos e dos riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.

A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos contribui para melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval, estando alinhado com as diretrizes da Administração, Comitê Executivo e Integrado de Gerenciamento de Riscos e Capital ("Comitê de Riscos"), para nortear as ações visando garantir o cumprimento à regulamentação vigente, assegurar a implantação das ações e acesso às informações necessárias para a gestão.

As responsabilidades para identificação de riscos e seu gerenciamento, estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição.

As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade) que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios.

a) Gerenciamento de capital

O Conselho de Administração, órgão máximo no gerenciamento de capital do Daycoval, é o responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Capital, o nível aceitável de capital, o plano de capital e de contingência de capital e determinar quando o plano de contingência deve ser acionado, além de revisar as políticas e as estratégias para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital e de contingência de capital, no mínimo anualmente, de forma a determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da instituição e com as condições de mercado. As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com as exigências regulatórias do BACEN, para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, e são apresentadas a seguir:

i. Requerimento de capital (Basileia)

Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco ("Risk weighted assets" ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,00%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III e, são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente aquelas que atuam no ramo segurador.

O Patrimônio de Referência ("PR") é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior, da Daycoval SAM, do Daycoval Leasing, da Daycoval CTVM e do Fundo Daycoval Tesouraria.

As Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21, estabelecem os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal considerando os seguintes percentuais:

	% mínimo de Capital
	2025
Patrimônio de Referência ("PR") - mínimo exigido	8,00%
Nível I	6,00%
Capital principal	4,50%
Capital complementar	1,50%
Nível II	2,00%
Adicional de capital principal ("ACP")	2,50%
ACP - Conservação	2,50%
ACP - Contracíclico ⁽¹⁾	0,00%
ACP - Sistêmico ⁽²⁾	0,00%
Exigência total de capital (PR + ACP)	10,50%

(1) Conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.769/15, no Art. 3º, o percentual do ACP Contracíclico é igual a 0%.

(2) O Adicional de Importância Sistêmica (ACP Sistêmico) é apurado com base em critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.768/15. O percentual do ACP Sistêmico é de até 2%, desde que a razão entre Exposição total, apurada conforme Art. 2º, inciso II, da Circular BACEN nº 3.748/15, relativo a 31 de dezembro do penúltimo ano em relação à data-base de apuração, e o PIB brasileiro, seja superior a 10%, caso contrário o percentual de ACP Sistêmico é igual a 0%.

A composição do Patrimônio de Referência, do Patrimônio Mínimo Exigido, dos ativos ponderados pelo risco ("RWA") e do indicador de Basileia, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2025
Patrimônio de referência	8.998.948
Patrimônio de referência - Nível I	8.998.948
Capital principal	7.643.058
Patrimônio líquido	7.666.905
Ajustes prudenciais - Resolução CMN nº 4.955/21	(23.847)
Capital complementar	1.355.890
Letras financeiras perpétuas (Nota 16.d)	1.355.890
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%)	5.169.546
Ativos ponderados pelo risco ("RWA ")	64.619.326
Risco de crédito - RWAcpad ⁽¹⁾	55.545.529
Risco de mercado - RWAm pad	1.963.953
Risco operacional - RWAopad	7.109.844
Indicador de Basileia	13,9%
Indicador de Basileia - Capital Nível I	13,9%
Exposição de ativos à taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)	52.051
Excedente do Patrimônio de referência	
Sobre a exigência mínima	74,1%
Sobre a exigência total	32,6%

(1) Os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são estabelecidos pela Resolução BCB nº 229, de 12 de maio de 2022.

b) Risco de mercado

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:

Risco de preço de taxa de juros

Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:

- Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos;
- Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.

Risco de preço de tipo de câmbio

Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.

Risco de preço de valores

Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:

- Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral;
- Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preços geral e relacionada com as características próprias do emissor.

ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco ou VaR (*Value-at-Risk*) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de *Trading* (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.

Metodologia Paramétrica

Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.

Carteira bancária (*Banking Book*)

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- Δ VEV (*Delta Economic Value of Equity*): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII (*Delta Net Interest Income*): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

iii. Teste de Estresse

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

iv. Análise de Cenários

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira *Trading*: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira *Banking*: refere-se às operações que não são classificadas na carteira *Trading* e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira *Trading* e *Banking*, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira *Trading* e *Banking* para a data-base de 30 de junho de 2025:

Fatores de risco	30/06/2025		
	Cenários		
	1	2	3
Trading	(12.202)	(15.773)	(19.337)
Pré	186	228	269
Moeda Estrangeira	1.730	1.957	2.321
Inflação	(9.395)	(11.940)	(14.560)
Renda Variável	(1.664)	(2.080)	(2.496)
CDI / Selic	1.735	2.075	2.370
Commodities	(4.794)	(6.013)	(7.241)
Banking	(83.743)	(104.287)	(124.726)
Pré	(72.595)	(91.252)	(110.105)
Moeda Estrangeira	1.323	2.117	3.010
Inflação	1.495	2.295	3.294
Fundos	(18.924)	(23.655)	(28.386)
CDI / Selic	4.958	6.208	7.461
Total geral	(95.945)	(120.060)	(144.063)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários para 30 de junho de 2025:

Cenário	Curva Pré	Cupom Inflação	Cupom Cambial	Moeda Estrangeira	Ibovespa	Commodities	Fundos
Proprietário	-2,26%	-1,61%	+2,65%	-12,00%	-18,00%	+13,17%	-5,76%
25%	-2,83%	-2,01%	+3,31%	-15,00%	-22,50%	+16,46%	-7,20%
50%	-3,39%	-2,42%	+3,98%	-18,00%	-27,00%	+19,75%	-8,64%

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para o dia 30 de junho de 2025. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas Informações nas Demonstrações Contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira *Trading* e *Banking*, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

v. Backtesting

A análise de Backtesting fornece a comparação entre uma estimativa de perda/ganho ex-ante e a perda/ganho efetivos. O intuito é avaliar a adequação e eficiência do modelo de risco implementado. Para efeitos de *backtesting*, utilizam-se perdas/ganhos efetivos para cada unidade de negócio.

c) Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna:

i. Principais Fatores de Riscos Externos:

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações de comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da Instituição;
- Escassez de recursos no mercado.

ii. Principais Fatores de Riscos Internos:

- Apetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito;
- *Covenants* assumidos pela Instituição: financeiro, econômico e referentes a gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez;
- Alavancagem.

Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto no médio e longo prazos.

Os controles de risco de liquidez são realizados com alta periodicidade no portfólio, neste sentido, é avaliado o equilíbrio entre as obrigações e recebimentos dos *books* da instituição. Além de uma minuciosa análise dos fluxos de caixa, cenários extremos de risco de liquidez são considerados, assim como triggers de atuação.

d) Risco de crédito

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

i. Classificação das Operações:

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil.

ii. Modelos de *Credit Scoring* Daycoval:

São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de *score* são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto.

iii. Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras:

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, mediante análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

e) Risco operacional

É o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Nestes processos, a área de GRC - Governança, Riscos e Compliance trabalha, em sinergia com os gestores das áreas executivas, na aplicação das metodologias e ferramentas de análise corporativas dos seguintes fatores:

- Mensuração do impacto do risco;
- Avaliação de frequência de ocorrência do risco;
- Cálculo da severidade do risco (impacto x probabilidade);
- Mensuração da efetividade do controle.

Entendemos que esta atividade permeia os processos realizados por todas as áreas e, o resultado é a construção de uma Matriz de Riscos e Controles, que apresenta uma visão detalhada da exposição ao risco operacional, sendo possível analisar os riscos que possuem maior nível de exposição para, se necessário, alinhar plano de ações de mitigação.

Para fins de continuidade dos negócios, a estratégia definida é manter em funcionamento todas as áreas e linhas de negócios, incluindo serviços relevantes prestados por terceiros, em contingência. Objetivando cumprimento da deliberação da alta administração, a gestão de continuidade de negócio deve ser implantada visando assegurar as condições de continuidade das atividades e limitando perdas decorrentes de possível interrupção dos processos críticos de negócio.

f) Risco de conformidade

Definimos como risco associado a sanções legais ou regulamentares, de perdas financeiras ou mesmo de perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares e códigos de conduta.

No Daycoval, o acompanhamento das atividades para atendimento às leis e regulamentos é realizada pela área de GRC – Governança, Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade no atendimento dos prazos e dos objetivos da Instituição e do Conglomerado, bem como gerenciar, de maneira integrada, este risco em conjunto com os demais, garantindo a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade para o cumprimento das normas regulamentares, legais e internas.

g) Responsabilidade social, ambiental e climática

É a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a risco social, ambiental e climático, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Conglomerado Daycoval, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) estabelece diretrizes que norteiam o Conglomerado Daycoval em aspectos sociais, ambientais e climáticos, proporcionais ao seu modelo de negócio, à natureza das operações e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos do Conglomerado Daycoval, bem como, na relação com as partes interessadas e prevê a estrutura de governança para garantir a avaliação e o gerenciamento contínuo do risco social, ambiental e climático, considerando os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência.

As ações de mitigação do risco social, ambiental e climático são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e, na gestão do risco social, ambiental e climático efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com suporte, conforme o caso, das áreas GRC e da área jurídica.

A estrutura de governança conta ainda com o Comitê Executivo de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais que norteiem as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, visando assegurar adequada integração com a PRSAC.

26 - BENEFÍCIOS A COLABORADORES**Programas de incentivo à educação e de participação nos resultados**

Para alcançar o objetivo de posicionar-se entre as melhores empresas do país para se trabalhar, o Banco investe na capacitação e no bem estar de seus funcionários, através de programas que envolvem estudantes do ensino superior e programas de MBA's e Pós Graduação, participa do programa Jovem Aprendiz do Governo Federal e dá andamento a programas próprios de estagiários.

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários, e baseia-se em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho.

27 - OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Administração e gestão de recursos de terceiros**

O Banco Daycoval S.A. e a Daycoval Asset Management são responsáveis pela administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de recursos de terceiros por meio de fundos de investimento, clubes de investimento e carteiras administradas cujos patrimônios líquidos, em 30 de junho de 2025, totalizavam R\$163,7 bilhões.

b) Cobertura contra sinistros

O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Combinação de negócios

Em janeiro de 2025 o Grupo Daycoval concluiu a aquisição da totalidade das ações da BMG Seguros S.A. através de sua controlada Dayprev Vida e Previdência S.A.. A aquisição teve como principais objetivos ampliar a estratégia de diversificação, seguindo a expansão de produtos e serviços visando reforçar o relacionamento de longo prazo com clientes.

A aquisição foi concluída após as aprovações regulatórias junto a Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência – CADE, pelo montante de R\$ 92.388. A aquisição ainda está sujeita aos mecanismos de ajuste de preço previstos no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, datado de 05 de setembro de 2024, de modo que o preço de aquisição final deverá ser equivalente a 1,47 vezes o patrimônio líquido da BMG Seguros S.A. na data de fechamento da operação, limitado a R\$ 94,0 milhões.

O excedente de R\$24.725, resultante da diferença do valor do patrimônio líquido da entidade adquirida e o valor efetivamente pago, potencialmente será amortizado em contrapartida ao resultado dos períodos futuros, de acordo com o prazo definido em estudo técnico para realização dos benefícios econômicos futuros que fundamentarão seu reconhecimento. Este estudo de avaliação da alocação do preço de compra encontra-se em elaboração por entidade independente.

Os ativos e passivos da Daycoval Seguros S.A., com data base de 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Ativo		Passivo	
Disponível	2.780	Contas a pagar	9.842
Aplicações	211.393	Débitos de operações com seguros e resseguros	406.320
Prêmios a receber	291.433	Depósitos de terceiros	4.306
Outros créditos operacionais	7.392	Provisões técnicas - seguros e resseguros	747.732
Títulos e créditos a receber	162.065	Passivo de arrendamento	4.992
Custos de aquisição diferidos	143.150		
Despesas antecipadas	541		
Ativos de resseguro e retocessão diferidos	406.239		
Permanente	15.862	Patrimônio líquido	67.663
Total Ativo	1.240.855	Total Passivo e PL	1.240.855

d) Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis para o semestre findo em 30 de junho de 2025, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Contábeis do Banco e suas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Contábeis pelos seus auditores independentes durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Daycoval e suas controladas, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

e) Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004, atual Resolução CMN nº 4.910 de 27 de maio de 2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, da atuação e qualidade da auditoria interna e da qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 14 de junho de 2024.

A Administração

Luiz Alexandre Cadorin
Contador
CRC 1SP243564/O-2